

# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV  
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 10 | OUTUBRO 2017 | R\$ 15,00

## SOJA RENTABILIDADE EM ALTA



 **FGV EESP**  
ESCOLA DE  
ECONOMIA DE  
SÃO PAULO



ENTREVISTA ATENÇÃO PARA A GEOPOLÍTICA DO AGRONEGÓCIO

CADEIAS PRODUTIVAS O DESAFIO DE AUMENTAR A AGREGAÇÃO DE VALOR

ANUFOOD BRAZIL PARCERIAS DE SUCESSO



*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

**Sede:** Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes

**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidente:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

#### CONSELHO DIRETOR

**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

**Vogais:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

**Suplentes:** Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

#### CONSELHO CURADOR

**Presidente:** Carlos Alberto Lenz César Protásio

**Vice-presidente:** João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

**Vogais:** Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

**Suplentes:** Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

**Diretor da FGV-EESP:** Yoshiaki Nakano

**Diretor da FGV Projetos:** Cesar Cunha Campos

**Diretor da FGV-IBRE:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

**Diretor da FGV-EAESP:** Luiz Artur Ledur Brito

## AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

*Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas*

**Conselho Editorial:** Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

**Editor-chefe:** Antônio Carlos Kfourir Aidar

**Editor Executivo:** Luiz Antonio Pinazza

**Colaboradores:** Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

**Fundadores:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

**Capa:** Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos

**Projeto Gráfico:** Maria João Macedo [Atelier Lola]

**Arte:** Alexandre Monteiro

**Revisor:** Alexandre Sobreiro

**Secretaria e Administração:** Viviane de Carvalho

**Coordenador da Produção Editorial:** Evandro Faulin

**Publicidade/Comercial/Assinatura:** Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,  
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

[contato@agroanalysis.com.br](mailto:contato@agroanalysis.com.br)  
[www.fgv.br/agroanalysis](http://www.fgv.br/agroanalysis)

Acesse o site  
[www.fgv.br/agroanalysis](http://www.fgv.br/agroanalysis)

ou ligue

0800 770 88 81

e assine a publicação que melhor  
acompanha o agronegócio

## O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

# O PIOR FICOU PARA TRÁS

OS INDICADORES apontam que a economia brasileira retorna vagarosamente aos eixos, com crescimento econômico nos próximos trimestres. No entanto, diferentemente do verificado em ciclos anteriores – em que a recuperação era rápida e robusta –, a retomada da trajetória ascendente no Brasil será lenta. Desta forma, para 2018, é razoável supor o registro de uma variação positiva no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a demonstrar que o pior, de fato, ficou para trás. E, para o agronegócio, vale lembrar que a Selic deve ficar abaixo de 7% e o câmbio abaixo do valor de 2017. Poderá haver instabilidades quando se aproximar a eleição.

No agronegócio brasileiro, é comum a crítica da sua expansão na produção de *commodities* em vez de haver avanços sobre a produção de alimentos de maior valor agregado. Embora isso deva ser um objetivo do setor, os desafios não são triviais e é necessário cuidado para avaliar se o investimento realmente proporciona um retorno. A intensificação dos esforços nas etapas associadas à produção do alimento para o consumidor final envolve um modelo de negócio distinto, com maior imobilização de capital e exigência de maior coordenação entre os elos da cadeia produtiva.

A propósito, desperta atenção o Índice de Participação na Exportação do Produtor (IPEP), calculado e publicado, nos últimos doze anos, pelo Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ). O seu objetivo é estimar a participação do produtor de café Arábica no valor da mercadoria desembaraçada para exportação. Nesse período, o IPEP manteve-se próximo de 85%. Isso é uma demonstração de eficiência e competitividade do setor exportador de café verde brasileiro. Comparado com os outros países produtores de café, o Brasil é o país que transfere a maior parte

do valor da exportação para os preços internos recebidos pelo produtor.

No mercado de soja, a expectativa de maior estoque na safra 2017/18, diante do aumento da produção nos Estados Unidos e do crescimento da área semeada no Brasil, aponta para mais um ano de pressão de baixa sobre os preços da soja. Mesmo assim, a queda nos custos de produção pode garantir um lucro de R\$ 429,55 por hectare na safra 2017/18, na região de Rondonópolis-MT. Este valor é 32,6% superior ao resultado médio de 2016/17.

Neste momento, a agropecuária depara-se com a judicialização de questões contraditórias, o que traz insegurança jurídica e atrapalha o desenvolvimento das suas atividades. Dois casos podem ser citados como exemplos neste momento. O primeiro diz respeito à constitucionalidade da cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL): o Projeto de Resolução do Senado nº 13/17 aprovou a medida, enquanto a Advocacia-Geral da União (AGU) é contrária, de acordo com o parecer do Supremo Tribunal Federal (STF). O segundo caso constitui-se nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) movidas contra artigos do Código Florestal, com a interrupção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Com prejuízos para a expansão e o fortalecimento do seguro rural no Brasil, assiste-se ao contingenciamento sistemático do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Para 2017, a Lei Orçamentária Anual (LOA) autorizou a aplicação de R\$ 400 milhões para custear as despesas do PSR. Isso possibilitaria subvencionar em torno de 75 mil apólices, considerando os percentuais de subvenção definidos por modalidade de seguro rural. Mas,



com o corte de 50% no orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em março último, foram contingenciados R\$ 310 milhões (77,5%) dos recursos do PSR. Assim, o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), colegiado responsável pela gestão do Programa, aprovou a distribuição do orçamento do PSR (R\$ 90 milhões) para o primeiro semestre de 2017 para as culturas de milho 2ª safra, trigo e outros grãos de inverno, café, cana-de-açúcar, olerícolas, seguro pecuário, seguro de florestas e seguro aquícola.

Nos combustíveis, tem-se o debate sobre a convergência dos objetivos das políticas energética, ambiental, industrial e de desenvolvimento econômico em torno de um único projeto. O Brasil será beneficiado com a otimização dos motores a combustão interna por meio da introdução do híbrido *flex* e da célula a combustível movida a etanol. O programa de revitalização do setor de biocombustíveis, RenovaBio, e o novo Inovar-Auto, batizado de Rota 2030, podem levar o Brasil a um grande protagonismo internacional ao elegerem uma solução que atende simultaneamente objetivos nas áreas de energia, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Nesta edição, a **Agroanalysis** apresenta uma entrevista de Sarah Theurich, diretora associada para América Latina da GeoEconômica. Em análise, está a sensibilização sobre a dimensão da geopolítica e os riscos geopolíticos diante da inserção internacional do agronegócio brasileiro. Com a globalização, o Brasil tornou-se, de forma rápida, uma potência mundial em alimentos, fibras e biomassa, com liderança na produção e na exportação em diversas cadeias produtivas. Como faz parte do circuito dos investimentos estrangeiros diretos para infraestrutura e logística, o País precisa tirar proveito dessa posição vantajosa.

O Caderno Especial da **Agroanalysis** apresenta apurados registros do 1º Fórum Brasileiro de Defensivos, organizado pela Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio). Entre 2015 e 2016, a quantidade de produtos biológicos registrados no MAPA passou de 139 para 277. O seu uso na agricultura brasileira está alicerçado no tripé composto pela disseminação do conhecimento para assistência técnica no campo, pela boa prática de produção para assegurar qualidade e pela logística eficiente para o produto chegar com condições adequadas à aplicação nas lavouras. Os biológicos fazem parte do manejo integrado de pragas na agropecuária nacional. ■

**AGROANALYSIS**  
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV  
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 37 | Nº 10 | OUTUBRO 2017 | R\$ 15,00

**SOJA**  
**RENTABILIDADE**  
**EM ALTA**

FGV EESP  
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ENTREVISTA ATENÇÃO PARA A GEOPOLÍTICA DO AGRONEGÓCIO  
CADEIAS PRODUTIVAS O DESAFIO DE AUMENTAR A AGREGAÇÃO DE VALOR  
ANUFOOD BRAZIL PARCERIAS DE SUCESSO

<b>04</b>	<b>EDITORIAL</b>	<b>30</b>	<b>GESTÃO</b>
<b>07</b>	<b>ABRE ASPAS</b>	<b>30</b>	<b>LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO</b> PERFIL DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE
<b>07</b>	<b>CAPA ENTREVISTA</b> SARAH THEURICH NOVA GEOPOLÍTICA PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	<b>32</b>	<b>CONTEÚDO ESPECIAL</b>
<b>11</b>	<b>FRASES &amp; COMENTÁRIOS</b>	<b>32</b>	<b>ABCBio</b> 1º FÓRUM BRASILEIRO DE BIODEFENSIVOS
<b>12</b>	<b>MACROECONOMIA</b> SINAIS DE RETOMADA	<b>40</b>	<b>CECAFÉ</b> EXPORTAÇÃO DE CAFÉ
<b>14</b>	<b>AGRODROPS</b>	<b>43</b>	<b>Agrocereis</b> APOSTA NA SUINOCULTURA
<b>17</b>	<b>MERCADO &amp; NEGÓCIOS</b>	<b>44</b>	<b>FAESP</b> A DEFESA ECONÔMICA DA CITRICULTURA
<b>17</b>	<b>CAPA MAIOR AGREGAÇÃO DE VALOR</b> COMO ATENDER AS DEMANDAS DO CONSUMIDOR FINAL?	<b>45</b>	<b>ANDEF</b> SOBRE COMIDA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<b>20</b>	<b>CAPA ANUFOOD BRAZIL</b> UNIÃO DE ESFORÇOS COM A ABIA PROJETA EVENTO BEM-SUCEDIDO	<b>46</b>	<b>COLUNAS</b>
<b>22</b>	<b>CAPA SOJA NA SAFRA 2017/18</b> DEPENDÊNCIA DO CLIMA E DA PRODUTIVIDADE	<b>46</b>	<b>DIÁRIO DE BORDO</b> SUCESSÃO E REPRESENTATIVIDADE
<b>24</b>	<b>ENERGIA</b> A ELETRIFICAÇÃO PARA A MOBILIDADE	<b>47</b>	<b>PRODUZIR</b> OBSTÁCULOS ATUAIS À SAÚDE DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO
<b>26</b>	<b>SEGURO RURAL</b> CORTES ORÇAMENTÁRIOS PREJUDICAM EXPANSÃO	<b>48</b>	<b>OPINIÃO</b> AGRICULTURA DE PRECISÃO: UMA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA
<b>29</b>	<b>AQUICULTURA E PESCA</b> A MAIS NOVA FRONTEIRA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	<b>49</b>	<b>REFLEXÃO</b> VISÃO OU TORCIDA?
		<b>50</b>	<b>ESTATÍSTICA</b>

# NOVA GEOPOLÍTICA PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

**SARAH THEURICH**

DIRETORA ASSOCIADA PARA AMÉRICA LATINA DA GEOECONOMICA  
DA REDAÇÃO

A GeoEconomica ([www.geoeconomica.com](http://www.geoeconomica.com)) é uma consultoria de análise de riscos políticos, com sede em Genebra, na Suíça. Sarah Theurich trabalhou, durante vários anos, numa organização da ONU em Genebra e estudou na London School of Economics (LSE), na Queen Mary University of London e na Sorbonne, entre outras instituições.

global, desafios emergem para o setor agropecuário. Temos de fazer as considerações habituais sobre os ambientes econômico e comercial, mas a incorporação de uma perspectiva de cenários e riscos geopolíticos às decisões estratégicas do agronegócio passa a ser essencial.

AGROANALYSIS: A INTERNACIONALIZAÇÃO PROVOCA DESAFIOS AO SETOR AGROPECUÁRIO?

**SARAH THEURICH:** Nas análises associadas à inserção internacional do agronegócio, produtores, investidores e exportadores agropecuários brasileiros precisam ser sensibilizados sobre a dimensão da geopolítica e os riscos geopolíticos. Com a globalização, o Brasil tornou-se, de forma rápida, uma potência mundial em alimentos, fibras e biomassa, com liderança na produção e na exportação em diversas cadeias produtivas.

No entanto, para tomar emprestada uma expressão comumente usada no próprio agro, o mundo político fora da porteira fica cada vez mais complexo. Com a evolução recente da conjuntura geopolítica



## QUAL É A CONTRIBUIÇÃO DA VISÃO GEOPOLÍTICA PARA O BRASIL?

**ST:** A geopolítica mostra como mudanças nas relações de poder internacionais afetam determinadas regiões do mundo. Isso ajuda no entendimento sobre como riscos geopolíticos e políticos afetam o ambiente de negócios. O agronegócio brasileiro, por exemplo, tem na Ásia um destino importante das suas exportações. O que acontece com a China e a sua inserção regional, com a maior competição entre os EUA e a China, ou mesmo com a Coreia do Norte, afeta decisivamente o ambiente de negócios do agro naquela região. Nosso propósito na GeoEconômica é buscar auxiliar empresas do setor do agronegócio a incorporarem cenários internacionais em sua avaliação estratégica de oportunidades de negócios.

Ao mesmo tempo, o Brasil está no circuito dos investimentos estrangeiros diretos para infraestrutura e logística. Isso cabe tanto ao lado dos suprimentos de insumos, como ao escoamento da produção agropecuária. Assim, uma rede sofisticada desenvolve-se ao redor do agronegócio do País, em termos de tecnologia, indústria e serviço. Esse sistema precisa, também, compreender quais são os riscos políticos no Brasil e os riscos geopolíticos da América do Sul para decidir sobre estratégias de investimentos.

## EXISTEM TENDÊNCIAS NAS QUESTÕES GEOPOLÍTICAS?

**ST:** A rápida diversificação geopolítica em relação aos mercados transformou o Brasil em um verdadeiro *global trader*. De um lado, tem-se o destaque no atendimento dos novos consumidores da Ásia, do Oriente Médio e do Golfo Pérsico, e, de outro, dá-se a manutenção de parceiros tradicionais como os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE). O resultado foi positivo, com ampliação considerável das exportações agropecuárias brasileiras.

Em 2015, China, EUA e UE representaram quase três quartos das exportações brasileiras, tendo

“  
O RESULTADO  
FOI POSITIVO,  
COM AMPLIAÇÃO  
CONSIDERÁVEL  
DAS EXPORTAÇÕES  
AGROPECUÁRIAS  
BRASILEIRAS.”

o restante ficando com os demais países. Esse caráter global reforça a necessidade de compreender e integrar às decisões estratégicas as análises sobre os riscos geopolíticos e os impactos sobre os fluxos, seja de investimento ou de comércio. Desdobramentos políticos como a eleição de Trump, o Brexit, a crise do Catar e a instabilidade política em partes da América Latina podem afetar o agronegócio brasileiro e gerar riscos ou oportunidades de negócios. Por isso, temos de olhar, hoje, para as grandes tendências geopolíticas, com as suas potenciais interferências no agronegócio.

## PODEMOS COMEÇAR PELA INDEFINIÇÃO DA CONFIGURAÇÃO DO PODER INTERNACIONAL?

**ST:** Sim. O processo de desconcentração do poder mundial iniciado há mais de duas décadas ainda está em curso. O sistema internacional contemporâneo deixou a unipolaridade do pós-Guerra Fria centrada no poder indiscutível dos EUA. Após a crise financeira de 2008, alguns anteviam a multipolaridade, fato que não necessariamente se realizou. O caminho cresce, agora, no sentido da relação entre EUA e China, com momentos de cooperação e competição entre eles. Isso poderá definir novas

dinâmicas do sistema internacional nos próximos anos, com consequências importantes para o Brasil e a América Latina.

HÁ ESPAÇO PARA O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)?

**ST:** No plano geral, temos de estar conscientes de que o ambiente estratégico do comércio e dos investimentos agropecuários será afetado pelo rumo a ser dado nessa evolução da configuração do poder internacional. Há incertezas geopolíticas ao longo da Eurásia – da Europa ao Oriente Médio e à Ásia –, cujos mercados são expressivos no agronegócio.

Existem oportunidades estratégicas para o agronegócio que não podem ser desperdiçadas, como o acordo futuro de livre-comércio entre o MERCOSUL e a UE, assim como o fortalecimento e a aproximação do MERCOSUL com os países da Aliança do Pacífico, o segundo maior bloco econômico da América Latina em exportações. Demandas potenciais devem surgir com o aumento da renda em países da África subsaariana. Para completar, tem-se a “nova Rota da Seda” da China, vinculada ao processo de interiorização da sua economia e à busca de moldar o espaço centro-asiático de investimento, infraestrutura e comércio.

E O RISCO DE UM PROCESSO DE DESGLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA?

**ST:** O jornalista econômico do Financial Times Martin Wolf fez uma observação interessante de que “a economia mundial ainda não está se desglobalizando, mas não está mais se globalizando”. A política do “*America first*” e, em particular, o recuo dos EUA em relação à Parceria Transpacífica (TPP), assim como o Brexit na Inglaterra, são certamente sinais de certo receio no Ocidente em relação à globalização. Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre 1950 e 2008 a expansão do comércio global foi o triplo do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

Mas, a partir de 2011, com taxas convergentes, o incremento do comércio ficou abaixo do registrado pelo PIB mundial em 2016. Essa desaceleração econômica e do comércio global pode descortinar tensões políticas antes matizadas por interesses e fluxos econômicos.

PODEMOS GENERALIZAR ESSE PROCESSO?

**ST:** Devemos focar em áreas sensíveis, como a Ásia, o Pacífico e o mar da China, cujas economias são vitais para o Brasil em termos de comércio externo e fontes de investimento. Riscos geopolíticos não podem ser ignorados. As exportações do agronegócio, como os setores de grãos e carnes, por exemplo, dependem fundamentalmente da estabilidade geopolítica para continuar fluindo. Não parece trivial que, no mar do sul da China, navegem navios que representam um terço do comércio exterior brasileiro e US\$ 5 trilhões do comércio mundial.

“**HÁ INCERTEZAS  
GEOPOLÍTICAS AO  
LONGO DA EURÁSIA  
– DA EUROPA AO  
ORIENTE MÉDIO E  
À ÁSIA –, CUJOS  
MERCADOS SÃO  
EXPRESSIVOS NO  
AGRONEGÓCIO.**”



DEVERÁ PERSISTIR UM DESCOMPASSO ENTRE AS MUDANÇAS NO PODER MUNDIAL E A ORDEM INTERNACIONAL?

**ST:** Vamos fazer uma rápida retrospectiva. A ordem internacional contemporânea, com a arquitetura de regimes, instituições e mecanismos de governança, faz parte de um plano formatado a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse modelo encontra-se, agora, fragilizado por sinais de potencial desengajamento dos EUA nas instâncias de acordos multilaterais. Um enfraquecimento da OMC certamente afeta diretamente o agronegócio, por esta representar a única arena para a negociação de questões sistêmicas, como os subsídios. Isso explica, em grande parte, o travamento das negociações da Rodada de Doha, iniciada em 2001. Precisamos observar o que vai acontecer na Conferência Ministerial da OMC, no final deste ano, em Buenos Aires.

“ AS (...) CADEIAS PRODUTIVAS [DO AGRONEGÓCIO] INCORPORAM TECNOLOGIA, QUALIFICAM PROCESSOS, CAPACITAM RECURSOS HUMANOS E MELHORAM A GESTÃO. ”

AS TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS SÃO DINÂMICAS E NÃO PARAM?

**ST:** Teremos de acompanhar de perto as repercussões desse processo para a tomada de decisão e o posicionamento internacional do agronegócio brasileiro. Este setor tem sido um dos principais agentes das mudanças econômicas e sociais ocorridas no País. As suas cadeias produtivas incorporam tecnologia, qualificam processos, capacitam recursos humanos e melhoram a gestão. Com a produção em larga escala tecnificada e as atividades em nichos de mercado de alto valor agregado, o potencial existente é enorme.

Para sustentar essa vantagem competitiva, num ambiente de evolução mundial, as autoridades públicas e as lideranças privadas do setor devem estar atentas. Será fundamental incorporar à sua estratégia internacional um procedimento sistemático de monitoramento das tendências, das oportunidades e dos riscos geopolíticos globais, assim como dos seus impactos para o setor e a empresa. A GeoEconômica tem auxiliado os seus clientes em inteligência geoestratégica e gerenciamento de riscos geopolíticos globais. Isso ajuda na competitividade e na tomada de decisões estratégicas de longo prazo para os produtores, os investidores, as associações, as empresas e os *traders*. ■

## FRASES &amp; COMENTÁRIOS

“



CNABRASIL.ORG.BR

**O agro tem o dever de ajudar na reconstrução do País, que precisa retomar o caminho do desenvolvimento, com mais emprego, estabilidade econômica e paz social.**”

JOÃO MARTINS, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

“

Hoje, apenas uma parcela que não chega a 10% da área cultivada com produção nacional possui cobertura de seguro rural. Isso mostra o enorme potencial de expansão e as oportunidades para a indústria de seguros.

”

WADY CURY, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (CSR/FenSeg) e diretor-geral de Habitacional e Rural do Grupo Segurador BANCO DO BRASIL e MAPFRE

“

O Brasil mantém a liderança nos embarques de café solúvel, mas chama a atenção o avanço do segmento nos países asiáticos: da segunda à sexta posição, só aparecem países asiáticos – Malásia, Vietnã, Indonésia, Índia e Tailândia.

”

AGUINALDO LIMA, diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS), em audiência pública na Câmara dos Deputados, para discutir a política cafeeira

“

Não existe competição de área no Brasil, pois há disponibilidade suficiente de terra para continuar e até aumentar a produção de alimentos e etanol.

”

“

Como o etanol de milho possui custo elevado, para agregar valor as usinas devem adotar o conceito de ‘multiproduto’, com a produção conjugada de DDG (nutrição animal), óleo, entre outros componentes.

”

ANTÔNIO ÁLVARO PURCINO, chefe-geral da Embrapa Milho e Sorgo, no 5º Fórum de Agricultura da América do Sul, promovido pela editoria de Agronegócio da Gazeta do Povo e pela Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Sistema Ocepar)

“

A União Europeia garantiu a inclusão da carne bovina, do etanol e do açúcar na sua oferta agrícola ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Sem isso, o acordo entre os dois blocos não se concretiza.

”

ALOYSIO NUNES FERREIRA, ministro das Relações Exteriores, sobre o acordo MERCOSUL-União Europeia previsto para o quarto trimestre deste ano

“

Diante das limitações enfrentadas no exterior pela indústria brasileira de proteína animal, criticamos a imposição de medidas protecionistas travestidas de qualquer tipo de preocupação sanitária.

”

ROBERTO JAGUARIBE, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

“

As vendas de máquinas e implementos agrícolas do Brasil devem crescer entre 10% e 15% neste ano. Entre os 35 setores ligados aos bens de capital da ABIMAQ, este é o único em crescimento.

”

JOSÉ VELLOSO, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)

# SINAIS DE RETOMADA

ROGÉRIO MORI

Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

**D**ESDE 2014, a economia brasileira tem atravessado a sua mais pronunciada e prolongada recessão desde a década de 1930. Isso foi resultado dos excessos praticados ao longo dos governos Lula e Dilma. De fato, desde 2004, em face do *boom* dos preços internacionais das *commodities*, o real passou a se apreciar cada vez mais frente às demais moedas, o que contribuiu para manter a inflação baixa. A partir disso, o Banco Central (BACEN) pôde praticar taxas de juros relativamente mais baixas, o que contribuiu para a expansão do crédito

privado (que foi direcionado predominantemente para o consumo).

Essa dinâmica foi intensificada a partir da crise norte-americana de 2008, quando o banco central dos EUA, o Fed, zerou a taxa de juros. Com isso, o ingresso de dólares na economia brasileira intensificou-se, reforçando o quadro de inflação mais baixa e de juros mais moderados no Brasil. Como consequência disso, o volume de crédito seguiu expandindo recorrentemente até 2015.



SHUTTERSTOCK

O resultado desse processo foi que o crescimento econômico verificado em boa parte da década passada e nos primeiros anos da década atual foi baseado no aumento do consumo das famílias.

A perda de dinamismo nos primeiros anos do governo Dilma teve como resposta uma prática cada vez mais irresponsável do lado fiscal, com forte ampliação dos gastos públicos e, do lado monetário, com o BACEN tolerando patamares de inflação cada vez mais elevados.

O esgotamento do modelo de crescimento baseado em moeda forte, expansão de crédito e aumento de gastos públicos deu-se em fins de 2014, quando ficou evidente o grau de desajuste que a economia brasileira enfrentava em múltiplas dimensões.

Desde então, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tem caído sistematicamente, como reflexo do esgotamento da capacidade de endividamento das famílias e das empresas e da necessidade de um ajuste fiscal e da correção da política monetária para fazer frente ao quadro de descontrole inflacionário prevalecente até meados do ano passado.

O nocaute econômico a que o País foi levado mostrou-se muito mais prolongado do que o previsto ante a extensão do dano fiscal e a necessidade de ajuste do setor privado para reduzir o seu grau de endividamento relativo. Previsões de crescimento em 2016 e 2017 foram sistematicamente revistas para baixo por conta dos desalentadores sinais que a economia emitia.

No entanto, ao que tudo indica, a economia brasileira iniciou o seu processo de retomada do crescimento, ainda que em bases moderadas. Os sinais emitidos

pelos indicadores econômicos permitem vislumbrar um quadro menos sombrio nos próximos trimestres.

A criação de empregos formais tem sido positiva nos últimos meses, com o comércio e a indústria sinalizando simultaneamente uma retomada das vendas. As expectativas das famílias quanto ao ambiente econômico também se mostram mais favoráveis do que as verificadas alguns meses atrás. A inflação baixa e a queda da taxa de juros promovida pelo BACEN coroa esse cenário, que começa a se mostrar positivo.

É interessante observar que o comportamento da economia permanece relativamente descolado das turbulências políticas que o País enfrenta neste momento. Mesmo as denúncias envolvendo diretamente os altos escalões do governo não têm afetado o cenário de melhora da economia. Aparentemente, a manutenção de uma política econômica responsável e a boa gestão da economia têm sido mais relevantes para os agentes, que não têm se abalado ante o cenário político atual.

De qualquer forma, tudo indica que a economia brasileira está retornando vagarosamente para os eixos, indicando um crescimento econômico nos próximos trimestres. No entanto, diferentemente do que foi verificado em ciclos anteriores, em que a recuperação era rápida e robusta, tudo indica que a retomada do crescimento no Brasil será lenta e vagarosa. Desta forma, é razoável supor que o ano de 2018 registre uma variação positiva do PIB brasileiro, indicando que o pior, de fato, ficou para trás. ■



CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

## 11ª CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC

O evento acontecerá em Buenos Aires, na Argentina, entre 11 e 14 de dezembro. A base das discussões é o Acordo sobre Agricultura (AsA), desenhado em 1995, quando houve a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Até agora, houve pouco avanço. Na 10ª Conferência, de 2015, os países desenvolvidos ficaram proibidos de usar subsídio para concorrerem nas exportações agrícolas. Toda essa discussão é vital para o agro nacional.

### CONFERÊNCIAS MINISTERIAIS DA OMC

1996 - 1ª, em Singapura (Singapura)	2009 - 7ª, em Genebra (Suíça)
1998 - 2ª, em Genebra (Suíça)	2011 - 8ª, em Genebra (Suíça)
1999 - 3ª, em Seattle (EUA)	2013 - 9ª, em Bali (Indonésia)
2001 - 4ª, em Doha (Catar)	2015 - 10ª, em Nairóbi (Quênia)
2003 - 5ª, em Cancún (México)	2017 - 11ª, em Buenos Aires (Argentina)
2005 - 6ª, em Hong Kong (China)	

## O MELHOR DO AGRO BRASILEIRO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou um plano para fortalecer a imagem do agronegócio brasileiro no exterior: o programa “O Melhor do Agro Brasileiro”. Serão criadas uma marca específica e ações para ressaltar atributos de qualidade, inocuidade e sustentabilidade dos produtos agropecuários brasileiros. A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) será responsável pela formulação, pela coordenação e pela execução das ações do plano.

## COGERAÇÃO DE ENERGIA PELA CANA-DE-AÇÚCAR

A geração de energia elétrica a partir do bagaço de cana representou 5% do consumo nacional em 2016, com 21 MWh, sendo 71,5% utilizados pelas próprias usinas e 28,5% negociados para entrega externa. Os custos de renovação de equipamentos (*retrofit*), a infraestrutura para interligar as usinas à rede de distribuição e o baixo retorno da negociação da energia são apontados como empecilhos para o setor.

## JULGAMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL

Está em curso o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) movidas contra artigos do Código Florestal (CF). Para cumprir as exigências do CF, em torno de 4.275 mil propriedades fizeram as suas inscrições no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Houve uma grande atualização das áreas efetivamente utilizadas e preservadas pela agricultura nos imóveis rurais. O próximo passo é a aplicação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Como a continuidade desse trabalho ajuda na segurança jurídica para os agricultores e traz ganhos significativos para o meio ambiente, a preocupação é grande entre as entidades do agronegócio.

## COBRANÇA DO FUNRURAL

Em 2011, como o STF entendeu ser inconstitucional a cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), muitos agricultores deixaram de fazer este recolhimento. Em março de 2017, o Supremo mudou esse julgamento ao considerar as alterações legislativas introduzidas na Lei nº 8.212/91 pela Lei nº 10.256/01, editada após a Emenda Constitucional nº 20/98.

Em agosto último, o Projeto de Resolução do Senado nº 13/17 suspendeu a cobrança e o pagamento retroativo do FUNRURAL. Mas, em posição contrária, a Advocacia-Geral da União (AGU) deve entrar com mandato de segurança no STF. As negociações seguem em cima da Medida Provisória nº 793/17, que tramita em regime de urgência no Congresso, para instituir o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## QUARENTA ANOS DO FUNDECITRUS

O Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), fundado em 16 de setembro de 1977, completou quarenta anos. A instituição é reconhecida como referência mundial em ciência e tecnologia para a citricultura. Ao longo da sua história, tornou-se um símbolo de competência em produzir e disseminar conhecimentos que garantam a sanidade do setor citrícola, com economia de custos e preservação dos recursos ambientais. A sua atuação tem ajudado a garantir a competitividade da citricultura brasileira e a sua manutenção no primeiro lugar mundial.

## CARNE AMERICANA PARA A CHINA

Preocupada com os casos registrados da ‘doença da vaca louca’ nos Estados Unidos, a China suspendeu a importação de carne norte-americana em 2003. Naquela época, a indústria norte-americana atendia 70% da carne bovina importada pelo mercado chinês. Esse bloqueio foi suspenso com o acordo comercial anunciado pela administração do presidente Donald Trump e por autoridades chinesas. Esse comércio deve render US\$ 1 bilhão. Como exigência, o gado importado deve ter a sua origem rastreada desde o nascimento até a entrada no país. No entanto, menos de 10% do gado norte-americano atualmente atendem este requisito.

## CHINA DUPLICA SUBSÍDIOS

O governo chinês incentiva os produtores a reduzirem a área de milho em 800 mil hectares, o dobro do ano passado: 667 mil hectares serão substituídos por outras culturas e 133 mil deverão ficar ociosos. A medida, que custará perto de US\$ 375 milhões, visa reduzir os estoques do cereal, de 250 milhões de toneladas. Os recursos irão, principalmente, para os produtores da região nordeste – onde cresce o plantio de soja – e as áreas impróprias para a produção de milho.

# Fazer

Crédito  
Seguros  
Investimentos  
Cartões  
Consórcios

# Juntos

Somos o Sicredi e para tudo que a sua propriedade rural precisar, você pode contar com a gente. Nosso compromisso é estar ao seu lado. Por isso, oferecemos os produtos e serviços financeiros que ajudam no seu crescimento, sempre de um jeito mais próximo e descomplicado.

| Abra uma conta com a primeira instituição financeira **cooperativa** do Brasil.



## MAIOR AGREGAÇÃO DE VALOR

# COMO ATENDER AS DEMANDAS DO CONSUMIDOR FINAL?

### FELIPPE SERIGATI

Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) - felippe.serigati@fgv.br

### ROBERTA POSSAMAI

Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro - roberta.possamai@gvmail.br

É COMUM a crítica de que o agronegócio brasileiro concentrou a sua expansão na produção de *commodities* em vez de avançar sobre a produção de alimentos de maior valor agregado. Embora a busca por maior agregação de valor deva ser um objetivo do setor, os desafios não são triviais e é necessário cuidado para avaliar se o investimento realmente proporciona um retorno razoável.

### A EXPANSÃO CONCENTRADA DENTRO DA PORTEIRA

Entre 2000 e 2016, de acordo com os números do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio cresceu em um ritmo superior (em média, 2,9% a.a.) ao PIB da economia brasileira (em média, 2,6% a.a.), deixando clara a força do setor. Todavia, esse crescimento não foi homogêneo entre os elos que compõem as cadeias agroindustriais (a saber, insumos, atividades agropecuárias, agroindústria e setor de serviços/distribuição). No período, enquanto as atividades agropecuárias cresceram, em média, 4,5% a.a., a agroindústria cresceu apenas 1,6% a.a., em média. Este último número merece especial destaque, pois, apesar do *boom* de *commodities* da década passada, a agroindústria cresceu a uma velocidade inferior ao total da indústria brasileira

(1,7% entre 2000 e 2016), que, há tempos, tem passado por uma crise estrutural.

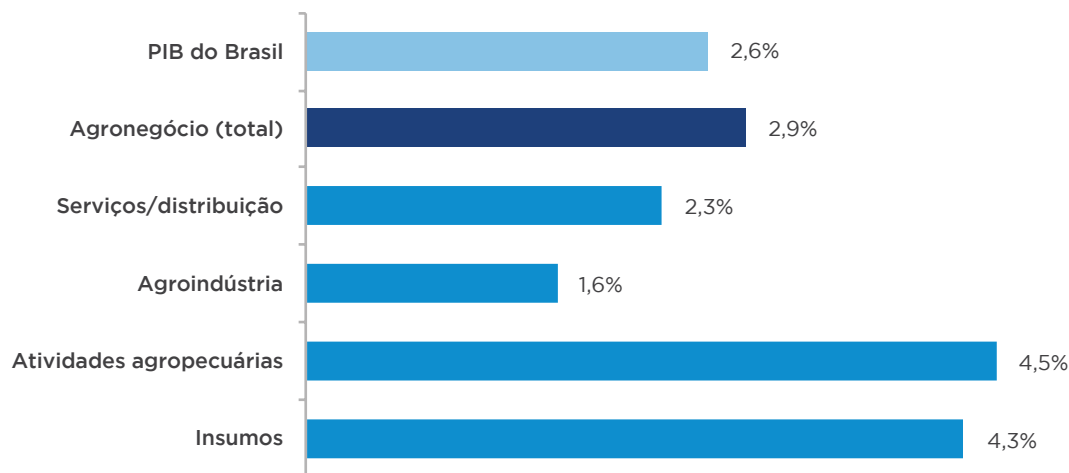
O fato é que o agronegócio brasileiro conseguiu avançar satisfatoriamente nas atividades dentro da porteira, porém, assim como diversos outros setores da economia nacional, encontrou dificuldades para agregar maior valor aos seus produtos. Por exemplo, focalizando no mercado externo, o universo agro brasileiro obteve êxito na produção de *commodities* (produtos bem mais básicos e, em geral, de baixo valor agregado), mas ainda tem um longo caminho a percorrer para conseguir exportar alimentos minimamente manufaturados (em geral, de maior valor agregado). Enfim, o agronegócio brasileiro é um dos poucos setores nacionais que conseguiu se inserir nas chamadas cadeias globais de valor, porém se posicionou nas etapas que captam frações menores dos valores gerados por estas cadeias.

### OS DESAFIOS DE AGREGAR MAIOR VALOR AOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

Entre as recomendações de diversos analistas e especialistas para o agronegócio, com frequência, é sugerido que há a necessidade de o setor avançar com maior força nas etapas do processo produtivo que agregam mais valor aos seus produtos – de



### CRESCIMENTO (% A.A.) DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO E DOS SEUS SUBSETORES: MÉDIA ENTRE 2000 E 2016



Fonte: Cepea/Esalq/USP

forma sintética, produzir mais alimentos do que “apenas” *commodities*. Embora esta recomendação seja comum e frequente, colocá-la em prática está longe de ser trivial, e, sob diversos cenários, não está claro se o retorno obtido (naturalmente, ponderado pelo risco associado) é realmente compensador. Entre esses desafios, merecem destaque:

- Mudança de uma estratégia consolidada e vencedora no caso brasileiro: o agronegócio nacional avançou fortemente, notadamente, por meio de tecnologias que reduziram os custos unitários de produção (mesmo que aumentando os custos totais). Esta estratégia, que tem sido adotada há tempos, contou com investimentos em tecnologia de ponta, sementes melhoradas, correção de solo, incorporação de máquinas e equipamentos ao longo do processo produtivo etc. Foi uma estratégia vencedora (os números anteriores, por exemplo, deixam isso muito claro), e alterá-la não é algo fácil nem imediato (como mudar um time que está ganhando?).
- Maior atenção à percepção dos consumidores: ao tentar avançar na produção de alimentos, há a necessidade de dar maior atenção às demandas dos consumidores, que, por sua vez, têm ficado cada vez mais exigentes. Haverá a

necessidade de realizar investimentos (ou seja, imobilizar capital) para aumentar e melhorar o fluxo de informações entre os produtores e os consumidores a respeito das características do processo produtivo, deixando claro se estão sendo atendidos, por exemplo, os critérios de sustentabilidade (social, ambiental, quanto ao bem-estar animal etc.). Nesse ponto, é importante ter claro que estes critérios podem mudar em um espaço de tempo inferior ao prazo do retorno do investimento previamente realizado.

- Os avanços da agricultura de precisão são um bom exemplo do desafio para tentar buscar maior valor agregado junto aos consumidores. A ideia básica da agricultura de precisão é, em vez de tratar determinada área como uma unidade homogênea, desagregá-la em partes menores e atender as necessidades específicas de, por exemplo, adubos e defensivos. Essa tecnologia permite redução dos custos, menor contaminação da natureza pelo uso de insumos industriais e, por fim, maior produtividade. Todavia, parte desses ganhos pode ser comprometida se o consumidor não tiver uma percepção boa da introdução dessa tecnologia. Nessa direção, é necessário desenvolver canais mais diretos junto ao consumidor,

como redes sociais, campanhas publicitárias ou junto aos seus formadores de opinião, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), de forma que o processo produtivo ganhe maior transparência.

- Maior demanda por coordenação dentro da cadeia: a exigência de maior transparência por parte dos consumidores não se limita a apenas uma etapa do processo de produção dos alimentos. Logo, haverá a necessidade de maior coordenação entre os agentes dos diversos elos das cadeias produtivas, ou seja, parte do processo decisório passa a ser mais “descentralizada”, o que aumenta os custos de coordenação.

Os desafios associados ao último ponto não são novidades para o agronegócio brasileiro, uma vez que diversas de suas cadeias produtivas, há tempos, têm avançado na direção de uma coordenação interna maior. Entre as estratégias adotadas, destacam-se:

- Contratos de longo prazo: na criação de aves e suínos, é comum uma relação entre os criadores e as fábricas processadoras em que as últimas fornecem crédito e insumos para os primeiros, associados a uma garantia de aquisição do produto final. Desta forma, as fábricas processadoras conseguem imobilizar um volume menor de capital e manter um controle maior (embora longe de ser total) do processo produtivo.
- Integração vertical: em algumas cadeias, como a de suco de laranja, a estratégia foi as fábricas processadoras assumirem completamente uma fração do fornecimento da matéria-prima, por exemplo, obtendo de pomares próprios parte das laranjas necessárias para a produção do produto final.
- Cooperativas: claramente, os modelos anteriores são imperfeitos, pois há diversos conflitos internos nas cadeias que não são satisfatoriamente resolvidos. Entre os obstáculos encontrados, tem-se a assimetria do poder de barganha entre as partes. Uma das estratégias para tentar equilibrar esta equação é a organização da parte mais dispersa em cooperativas ou associações de classe, que, por sua vez, também podem aumentar o grau de coordenação entre os seus agentes, bem como melhorar a provisão de

crédito ou o acesso a insumos com as características desejadas pelo consumidor final.

Agregar valor é uma estratégia importante para o agronegócio brasileiro. Todavia, alcançar este valor agregado maior por meio de intensificação das etapas mais associadas à produção do alimento para o consumidor final leva a diversos desafios, como um modelo de negócio distinto, maior imobilização de capital e exigência de maior coordenação com os demais elos da cadeia. É importante avançar nessa direção, mas os obstáculos não são triviais, como demonstra o exemplo da Cargill (ver box). ■

## CARGILL E A EXPERIÊNCIA DE UM SISTEMA AGROINDUSTRIAL DE UMA EMPRESA SÓ

Em uma matéria recente, a revista *The Economist* discutiu a estratégia de David MacLennan, atual CEO da Cargill, para diversificar as fontes de receita do seu grupo: aumentar a participação da produção de alimentos em detrimento da comercialização de *commodities*. Porém, ao avançar sobre os elos mais a jusante da produção de alimentos, a Cargill tem se deparado com o desafio de dar maior atenção às demandas e às preferências dos consumidores. Para lidar com estas demandas, claramente tem havido a necessidade de uma coordenação maior entre os elos das respectivas cadeias produtivas envolvidas na produção desses alimentos. Diferentemente das estratégias já adotadas pelo agronegócio brasileiro, a solução da Cargill tem sido a aquisição de companhias nos elos a jusante. Em outras palavras, é algo como a criação de uma cadeia produtiva de uma empresa só, deixando de fora praticamente apenas a produção das matérias-primas.



ANUFOOD BRAZIL

# UNIÃO DE ESFORÇOS COM A ABIA PROJETA EVENTO BEM-SUCEDIDO

CASSIANO FACCHINETTI

Diretor da Koelnmesse Brasil

A REALIZAÇÃO da ANUFOOD Brazil, feira exclusiva para o setor de alimentos e bebidas, com a parceria estratégica da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), traz um novo marco para o setor no Brasil, ajudando a projetar os nossos produtos para o mundo. A FGV Projetos é coorganizadora do evento.

O Brasil é um dos maiores exportadores de alimentos do mundo e tem plenas condições tecnológicas, bem como área agricultável, para ser, também, o campeão mundial em segurança alimentar. Nosso mercado é, ainda, um dos mais importantes de produção e comercialização de bebidas, uma vez que, em anos recentes, nos tornamos o terceiro maior consumidor mundial de refrigerantes e cervejas, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É, portanto, a partir desse posicionamento privilegiado, nacional e internacional, que a **Koelnmesse Brasil** estabeleceu as bases necessárias para realizar a **ANUFOOD Brazil – Feira Exclusiva para o Setor de Alimentos e Bebidas – powered by Anuga**, trazendo consigo, nesse novo marco do setor, a parceria oficial da ABIA.

Esta última é uma entidade que representa um contingente de 35,2 mil empresas, responsáveis por R\$ 613 bilhões anuais de faturamento, o maior da indústria de transformação no Brasil, além de empregar cerca de 1,6 milhão de funcionários. Essa gigante instituição do setor de alimentos

fará parte de um evento que tem expectativa de reunir mais de 300 expositores, ou seja, produtores, fabricantes, importadores e exportadores de alimentos e bebidas, em um espaço especialmente preparado no São Paulo Expo, entre os dias 12 e 14 de março de 2019.

A ANUFOOD Brazil vai criar, a um só tempo, as condições de apresentação do que há de melhor no setor de alimentos e bebidas e o ambiente que proporcionará a possibilidade de ampliar e fortalecer os negócios no mercado local. Além desse ganho de visibilidade e de *networking* comercial e profissional, o evento será, ainda, uma plataforma de exportação capaz de aprimorar o posicionamento dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Organizar um evento dessa envergadura é tarefa que exige *know-how* internacional e sólido e é uma missão que obriga a recorrer ao auxílio de experiências bem-sucedidas. E, para a realização da ANUFOOD, a Koelnmesse Brasil tem o privilégio de contar com o modelo de negócios da Anuga, que está em sua 34ª edição e é realizada em Colônia, na Alemanha. Para se ter uma ideia da dimensão da representatividade da Anuga no mundo todo, existem mais de 7.000 expositores vindos de 100 países na edição que acontece neste mês de outubro. A feira alemã é parte do portfólio da Koelnmesse, líder internacional na implementação de feiras de serviços e produtos relacionados ao processamento de alimentos e bebidas.

Da mesma forma, a presença da ABIA na ANUFOOD Brazil é, ainda, como dito anteriormente, um dos componentes fundamentais para a grandeza do evento e a sua representatividade. É da entidade que vem a informação de que, em 2016, por exemplo, os alimentos e bebidas contribuíram com um saldo de US\$ 31,5 bilhões para o superávit total da balança comercial brasileira, que foi de US\$ 47,7 bilhões. O setor processa 58% da produção agropecuária do País, e este é o segundo maior exportador de alimentos processados, em volume, do mundo.

Além disso, ao se cercar de dados, números, informações e, principalmente, análises, tem-se a garantia de que o trabalho feito é tão mais eficaz quanto é a sua importância ao envolver atores-chave do setor. Por isso, a ANUFOOD Brazil tem o suporte da **FGV Projetos**, unidade de assessoria técnica da Fundação Getúlio Vargas.

Acreditamos que a realização desse evento segmentado por setor da indústria alimentícia será um marco para o Brasil. Certamente, abrirá novos e estratégicos mercados, tornando esta indústria globalmente conhecida e ampliando o saldo comercial do País. Além disso, contribuirá para que o setor do agronegócio se desenvolva de forma mais sustentável.

Diante de tudo isso, queremos reforçar a ideia de que a presença de parcerias estratégicas, como a já firmada com a ABIA, sem dúvida, colocar-nos-á no caminho do sucesso, este refletido na importante vitrine ao setor de alimentos e bebidas proporcionada pela ANUFOOD Brazil.

A seguir, apresentamos os setores que fazem parte da ANUFOOD Brazil:

- *Agrifoods*: produtos frescos, *in natura*, matérias-primas;
- *Fine Food*: *gourmet*, *delikatessen* e provisões gerais;
- *Meat*: carnes bovina, suína e de aves e carnes especiais;
- *Chilled & Fresh Food*: produtos frescos para conveniência e *delikatessen*, peixes, frutos do mar, frutas e legumes;
- *Dairy*: produtos derivados de leite;

- *Bread & Bakery*: pães, assados, bolos e massas;
- *Drinks & Hot Beverages*: bebidas em geral – não alcoólicas e alcoólicas, refrigerantes, sucos, água, cafés e chás;
- *Sweets & Snacks*: chocolates, confeitaria, biscoitos e *snacks*;
- *Food Service*: culinária, tecnologia e equipamentos para o mercado de *food service*, *catering* e hotéis;
- *Organic*: alimentos orgânicos em geral – *in natura*, minimamente processados ou processados. ■

powered by



**anufood  
brazil**

**All About Food**  
Feira Internacional Exclusiva  
para o Setor de Alimentos e Bebidas  
**12-14 Março 2019**  
São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

[anufoodbrazil.com.br](http://anufoodbrazil.com.br)

Parceria Estratégica



Co-organização



Organização





SOJA NA SAFRA 2017/18

# DEPENDÊNCIA DO CLIMA E DA PRODUTIVIDADE

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO

Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA

Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR

Zootecnista da Scot Consultoria

A EXPECTATIVA de maior estoque na safra 2017/18, diante do aumento da produção nos Estados Unidos e do crescimento da área semeada com a cultura no Brasil, aponta para mais um ano de pressão de baixa sobre os preços da soja. Mesmo assim, a queda nos custos de produção pode garantir um lucro de R\$ 429,55 por hectare na safra 2017/18, na região de Rondonópolis-MT. Este valor é 32,6% superior ao resultado médio de 2016/17.

A safra 2016/17 foi marcada pela queda nos preços da soja em grãos, devido à maior oferta e aos grandes estoques mundiais. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), os estoques finais foram de 95,96 milhões de toneladas. Este volume é 45,4% superior ao estoque médio das cinco temporadas anteriores – um aumento significativo.

Para o final da safra 2017/18, o USDA estima um estoque ainda maior, de 97,53 milhões de toneladas. Diante dessa expectativa de alta disponibilidade do produto, as cotações enfraqueceram e caíram, quando se considera a média no acumulado de 2017.

Pontualmente, as questões climáticas adversas, com destaque para o tempo mais seco nos Estados Unidos no período de semeadura, bem como a demanda mundial aquecida nas primeiras semanas de setembro, deram sustentação às cotações no mercado internacional. No mercado brasileiro,

esses ganhos foram neutralizados pela queda do dólar em relação à moeda brasileira.

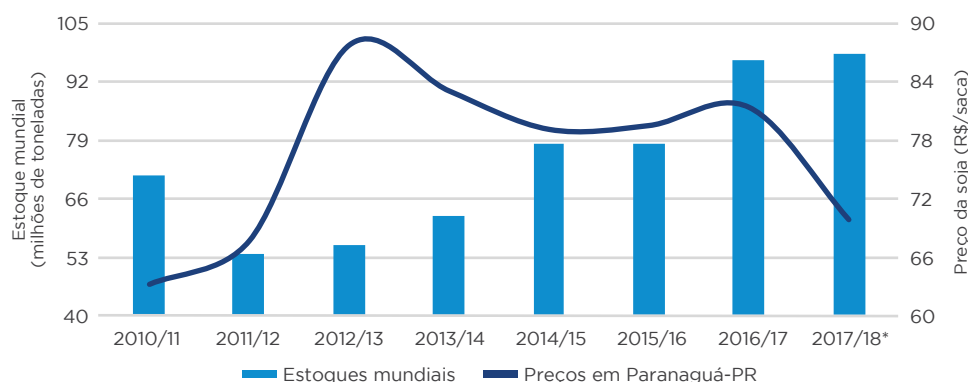
## RESULTADOS ECONÔMICOS

Na região de Rondonópolis, na safra 2016/17, foi estimado um lucro médio de R\$ 323,96 por hectare de soja transgênica. Para a safra 2017/18, a expectativa é de queda nos custos de produção, puxada pelos recuos nos preços de adubos e de alguns defensivos agrícolas, com a queda do dólar em relação ao real. Também há expectativa de uma produtividade menor, em função da previsão de um clima mais adverso para a temporada.

Para o cálculo do resultado do negócio, tomaram-se como referência os preços futuros da soja na B3 (antiga BM&FBOVESPA): contrato com vencimento no primeiro semestre de 2018, para entrega em Paranaguá-PR. Considerou-se um desconto para ajustar a diferença de preço médio em relação a Rondonópolis, de 12,3% desde janeiro de 2016.

Com isso, o preço de venda projetado para a soja na safra 2017/18 para a região de Rondonópolis, de R\$ 57,13 por saca, representa uma queda de 4,0% frente ao preço médio de venda na safra passada. Com base nesses dados, conforme mencionado no início do artigo, o lucro estimado para a temporada atual é de R\$ 429,55 por hectare.

**MUNDO: ESTOQUES MUNDIAIS DE SOJA EM GRÃOS (MILHÕES DE TONELADAS) E PREÇO DA SOJA EM GRÃOS EM PARANAGUÁ-PR (R\$ POR SACA DE 60 kg - VALORES DEFLACIONADOS)**



\* Estimativa  
Fonte: USDA; compilação pela Scot Consultoria

Apesar da queda prevista nos preços de venda da soja e das produtividades menores, o menor custo de produção na temporada melhorou de forma substancial o resultado para o agricultor.

A queda na produtividade das lavouras, causada pelo clima menos favorável, pode levar a uma revisão dos rendimentos previstos. Considerando-se os demais parâmetros informados, o ponto de equilíbrio da produtividade é de 46,60 sacas por hectare, ou seja, abaixo deste valor, o resultado é de prejuízo.

Desta forma, o agricultor precisará ficar atento às oportunidades de travar os preços, especialmente neste segundo semestre. À medida que a colheita

ganhar força nos Estados Unidos, um movimento com viés de baixa sobre as cotações no mercado internacional, no curto e no médio prazos, deve ser entendido como natural.

No entanto, alguns fatores, como as questões climáticas adversas, a demanda mundial firme e o câmbio, poderão pontualmente dar sustentação às cotações. No Brasil, por exemplo, os atrasos previstos nas chuvas poderão prejudicar a semeadura e o desenvolvimento da safra 2017/18. Por isso, o clima deverá ter peso maior na precificação dos próximos meses, visto que as previsões apontam para uma situação mais adversa. Outro fator recente de alta é a redução esperada na produção da oleaginosa com as chuvas e as enchentes na Argentina. ■

**RONDONÓPOLIS-MT: RESULTADOS ECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DE SOJA POR HECTARE**

ITENS	Unidade	2016/17	2017/18***	Variações
Custo operacional*	R\$	2.972,85	2.662,21	-10,4%
Produtividade média*	Sacas	55,39	54,12	-2,3%
Preço de venda**	R\$	59,52	57,13	-4,0%
Receita	R\$	3.296,81	3.091,76	-6,2%
Lucros	R\$/saca	323,96	429,55	32,6%

Fontes: \* IMEA; \* Scot Consultoria; \*\*\* Estimativa

## ENERGIA

# A ELETRIFICAÇÃO PARA A MOBILIDADE

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

**D**ESDE O final do século XIX, foi adotado o motor de combustão interna como solução ambiental e energética para a mobilidade. Quando se popularizou na virada do século, foi saudado como uma grande solução ambiental. Em 1880, mais de 100 mil cavalos supriam as necessidades de transporte na cidade de Nova York, mas geravam, também, graves problemas sanitários e de logística. O mesmo ocorria com as grandes cidades europeias. Era necessária uma grande infraestrutura de transporte e armazenagem para alimentar os animais com feno e grãos. Era gerada uma quantidade enorme de esterco, que atraía moscas e outros insetos, além dos animais mortos nas ruas, retirados ocasionalmente dos logradouros. Em 1880, carcaças de mais de 15 mil cavalos mortos foram retiradas das ruas de Nova York. Mas, não eram apenas equinos: uma grande quantidade de caprinos, suínos e outros animais convivia com os habitantes das cidades.

Passados mais de 120 anos, chegamos à conclusão de que a eficiência termodinâmica do motor de combustão interna é muito baixa – entre 26% e 28%, no caso dos motores do ciclo Otto, e entre 28% e 32%, no caso dos motores do ciclo diesel. O restante da energia é dissipado na forma de calor, daí a necessidade do radiador, da água para refrigeração e do uso de materiais mais resistentes e pesados como o ferro fundido usado nos motores. O tamanho das frotas e a emissão de poluentes, sejam aqueles que são objeto de controle nas zonas urbanas – como o monóxido de carbono, os compostos orgânicos voláteis, os óxidos de nitrogênio, os aldeídos, o chumbo tetraetila e outros – ou aqueles classificados como gases causadores do efeito estufa (GEEs), passaram a ser vilões da poluição local e do aquecimento global.

Há pouca controvérsia em relação à visão de que caminhamos na direção da eletrificação da frota, visto que esta solução proporciona menor consumo energético, geralmente avaliado em megajoules por quilômetro (MJ/km). Nesse contexto, a eletrificação está geralmente associada ao conceito do carro elétrico a bateria. Esta solução, entretanto, não é simples. As baterias são fabricadas com íons de lítio e com cobalto. Já existe preocupação com a disponibilidade de lítio e cobalto suficientes para suprir toda a demanda que deverá advir da adoção desta tecnologia. O cobalto, atualmente, é extraído apenas no Congo, e alega-se que o é com o uso de trabalho infantil, o que traz preocupações de cunho ético. Depois de fabricadas e utilizadas, as baterias têm uma vida útil limitada a poucos anos e requerem substituição a cada quatro ou cinco anos, a um custo considerável. Quando isso ocorre, existe o efeito ambiental negativo do descarte das baterias.

Além disso, de nada adianta o carro elétrico a bateria se a eletricidade vier de uma fonte fóssil que emite carbono na atmosfera. O carro pode ter zero emissão na cidade, mas, quando considerado o ciclo de vida completo do produto, se a fonte da energia tiver origem fóssil, o problema do aquecimento global não é resolvido. Há, ainda, o problema da infraestrutura de distribuição. É necessário criar uma infraestrutura para a recarga ou a troca de baterias, com soluções que levem em conta a cobrança da energia a quem a utiliza efetivamente. Num país onde um percentual elevado da eletricidade consumida é realizado de forma clandestina, é difícil imaginar como irá funcionar o controle de abastecimento de uma frota elétrica equipada com baterias.

No entanto, existe uma outra eletrificação possível para a mobilidade, realizada por meio do uso de

combustíveis líquidos e com a qual objetivos de controle ambiental são atingidos com combustíveis de baixa pegada de carbono. Exemplos dessa solução são os veículos híbridos e os equipados com células a combustível, desde que utilizem combustíveis de baixa pegada de carbono, isto é, os biocombustíveis. Estes veículos já existem e representam uma rota tecnológica superior à eletrificação a bateria.

No caso do Brasil, em particular, já existe, inclusive, uma rede com mais de 41.600 postos de revenda capazes de distribuir etanol de cana, considerado avançado por substituir até 89% das emissões de GEEs geradas por um veículo a gasolina. Etanol é energia solar capturada, armazenada e distribuída de forma eficiente, econômica e segura; é, na verdade, equivalente a hidrogênio capturado, armazenado e distribuído de forma eficiente, econômica e segura.

Ademais, é uma rota tecnológica que gera emprego e renda de forma distribuída. Além de baixo consumo energético e baixa emissão de GEEs, a eletrificação baseada em combustível líquido de baixa pegada de carbono promove desenvolvimento econômico e emprego, o que mais vai faltar no futuro com a automação e a modernização dos processos industriais.

Quando avaliado pelo critério do ciclo de vida, no conceito do poço à roda, e não do tanque à roda, o carro *flex* utilizando etanol no Brasil é menos poluente do que o carro elétrico a bateria projetado para a União Europeia em 2030 e 2040. A otimização dos motores a combustão interna movidos a etanol – com o uso de tecnologias como a biela variável e a introdução do híbrido *flex* e da célula a combustível movida a etanol – poderá colocar o Brasil na dianteira global em termos de estratégia integrada nas áreas energética, de desenvolvimento e valorização do setor agroindustrial, atendendo objetivos da política ambiental.

A opção por essa rota tecnológica é uma oportunidade enorme por causa da vocação agroindustrial e do patrimônio tecnológico que o Brasil desenvolveu nessa área. É a possibilidade de convergirem objetivos das políticas energética, ambiental, industrial e de desenvolvimento econômico em torno de um único projeto.

O programa de revitalização do setor de biocombustíveis, RenovaBio, e o novo Inovar-Auto, batizado de Rota 2030, são irmãos siameses que podem levar o Brasil a um grande protagonismo internacional ao elegerem uma solução que atende simultaneamente objetivos nas áreas de energia, meio ambiente e desenvolvimento econômico. ■



## SEGURO RURAL

CORTES ORÇAMENTÁRIOS  
PREJUDICAM EXPANSÃO

FERNANDA SCHWANTES

Assessora técnica da Comissão Nacional de Política Agrícola da  
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

O ORÇAMENTO do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem sido alvo de contingenciamentos sistemáticos, o que prejudica a expansão e o fortalecimento do seguro rural no Brasil. Para 2017, a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 13.414/17) autorizou a aplicação de R\$ 400 milhões para custear as despesas do PSR, o que possibilitaria subvencionar em torno de 75 mil apólices, considerando os percentuais de subvenção definidos por modalidade de seguro rural, que variam de 30% a 45% (Resoluções nº 42/15 e nº 44/16 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural – CGSR).

A partir dessa autorização, o CGSR, colegiado responsável pela gestão do Programa, aprovou a distribuição do orçamento do PSR para o primeiro semestre de 2017. Foram distribuídos R\$ 90

milhões entre os meses de fevereiro a junho para as culturas de milho 2ª safra, trigo e outros grãos de inverno (R\$ 80 milhões), café, cana-de-açúcar, olerícolas, seguro pecuário, seguro de florestas e seguro aquícola (R\$ 10 milhões) (Resolução do CGSR nº 52/17). Esse montante de recursos foi integralmente aplicado ao longo do primeiro semestre.

O corte de mais de 50% no orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), determinado pelo Decreto nº 9.018 em março deste ano, afetou sobremaneira o orçamento do PSR. Justamente no mesmo período em que a credibilidade do sistema brasileiro de fiscalização agropecuária foi colocada em xeque, e com autonomia dos órgãos governamentais para decidir em quais rubricas de despesas discricionárias seriam

**VALOR GASTO EM SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO  
RURAL PELO GOVERNO FEDERAL POR ATIVIDADE**  
(R\$ MILHÕES)

Ano	Café	Milho 1ª safra	Milho 2ª safra	Soja	Maçã	Uva	Outros	Total
2011	1,5	15,2	32,0	87,3	34,8	19,6	58,8	249,2
2012	2,9	16,4	57,6	115,7	34,8	25,3	65,2	318,0
2013	15,8	33,7	97,2	222,7	37,8	26,7	122,5	556,5
2014	17,6	39,4	71,8	271,9	50,8	32,3	205,3	689,1
2015	2,6	5,9	45,6	61,4	27,9	19,6	113,9	276,9
2016	5,3	9,4	73,3	160,2	34,7	25,6	79,6	388,0
2017	2,2	1,3	62,8	26,5	5,7	5,7	36,2	140,4

Nota: os dados do Atlas do Seguro Rural são do último levantamento, de 25 de setembro de 2017  
Fonte: Atlas do Seguro Rural/MAPA (2017)



reduzidos os gastos, o corte no PSR alcançou 77,5% (foram contingenciados R\$ 310 milhões).

A CNA e os demais segmentos com interesse no seguro rural têm se empenhado em garantir que o limite de movimentação e empenho do MAPA seja ampliado, visando garantir a aplicação integral do escasso volume de recursos em face da demanda do setor para a política de seguro rural, de R\$ 1,2 bilhão. No entanto, para o segundo semestre de 2017, o CGSR aprovou a distribuição de apenas mais R\$ 90 milhões, sendo R\$ 10 milhões para milho 2ª safra, trigo e demais grãos de inverno e R\$ 80 milhões para toda a safra de verão (incluindo

grãos e frutas). Portanto, da dotação inicial, ainda estão contingenciados R\$ 220 milhões.

A CNA tem defendido, reiteradamente, uma política de Estado para o seguro rural, com o objetivo de amenizar os impactos das perdas na agropecuária sobre a renda, o emprego e os investimentos nas propriedades e do círculo vicioso das renegociações dos financiamentos agropecuários. A necessidade de redefinição dos paradigmas da política agrícola brasileira é patente e um consenso entre os setores público e privado. No entanto, a falta de previsibilidade orçamentária e a instabilidade de execução da política de seguro rural estão na contramão desta redefinição. ■

#### NÚMERO DE APÓLICES CONTRATADAS COM SUBVENÇÃO DO GOVERNO FEDERAL AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL POR ATIVIDADE

Ano	Café	Milho 1ª safra	Milho 2ª safra	Soja	Maçã	Uva	Outros	Total
2011	624	4.640	3.049	24.598	2.088	8.319	13.720	57.038
2012	1.256	4.040	5.366	26.620	1.997	9.396	14.388	63.063
2013	7.253	7.075	8.036	41.759	2.110	9.544	25.910	101.687
2014	6.566	6.888	8.308	44.516	2.361	10.327	38.632	117.598
2015	615	880	5.703	10.125	1.211	5.332	16.026	39.892
2016	1.209	2.203	11.544	30.974	2.343	8.648	17.639	74.560
2017	731	254	10.330	4.649	200	2.149	6.589	24.902

Nota: os dados do Atlas do Seguro Rural são do último levantamento, de 25 de setembro de 2017  
Fonte: Atlas do Seguro Rural/MAPA (2017)

### IMPACTOS DO CORTE NO PSR

- O governo federal estimava subvencionar 75 mil apólices, com o orçamento de R\$ 400 milhões. Se o corte de R\$ 220 milhões se confirmar, mais de 40 mil apólices já contratadas deixarão de receber a subvenção ao prêmio do seguro rural na safra 2017/18. Com a aplicação de R\$ 140,4 milhões, cerca de 25 mil apólices receberam subvenção em 2017 (ver última tabela), especialmente para milho 2ª safra.
- As culturas mais afetadas pelo corte são soja, milho 1ª safra, café, maçã e uva, que, historicamente, têm elevada participação no PSR.
- A perspectiva de corte de recursos dá margem para que as seguradoras ou os produtores cancelem as apólices de seguro ou para que as seguradoras cobrem dos produtores a parte que caberia ao Governo, como permitem cláusulas da maioria dos contratos firmados.
- As seguradoras já estimam queda de receita no segmento rural na safra 2017/18, pois a época de maior procura pelo seguro agrícola dá-se justamente nos meses que antecedem o início do plantio e a instabilidade orçamentária gera incerteza no mercado.
- O principal instrumento da política de seguro rural vai perdendo credibilidade com a recorrência de cortes. A restrição fiscal em 2010 e 2015 interrompeu a trajetória de expansão do Programa.

Com o Sicoob Seguros  
você protege seus sonhos  
e quem você ama.

Para proteger você, sua família e o seu patrimônio, conte com o Sicoob Seguros.  
Planos flexíveis e personalizados, na medida das suas necessidades, com serviços  
que garantem a sua tranquilidade no presente e também no futuro.

Procure uma cooperativa Sicoob.

Central de Ouvidoria: 0800 725 0996 | Atendimento seg. a sex.: 8h às 20h [www.ouvidoriasicoob.com.br](http://www.ouvidoriasicoob.com.br)

Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 - Demais serviços de atendimento: [www.sicoob.com.br/fale-conosco](http://www.sicoob.com.br/fale-conosco)

Conheça todos os benefícios em contratar um Seguro Sicoob.

**Seguros Vida:** **Vida Individual** - Processo Susep Nº 15414.901289/2016-67. **Vida Mulher** - Processo Susep Nº 15414.901289/2016-67. Planos garantidos por Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. **Vida Master** - Processo Susep Nº 15414.003037/2012-47. Plano garantido por Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.; **Seguros Auto** - garantido pelas seguradoras Azul - Processo Susep Nº 15414.001055/2004-84; HDI - Processo Susep Nº 15414.001197/2004-41; Liberty - Processo Susep Nº 15414.100331/2004-96 - 15414.901089/2015-23; Mapfre Seguradora S.A. - Processo Susep Nº 15414.100326/2004-83; Porto - Processo Susep Nº 15414.100233/2004-59; Tókió Marine Nº 15414.100335/2004-74. **Seguro Residencial** garantido pelas seguradoras Mapfre Seguradora S.A. - Processo Susep Nº 15414.004192/2004-71; Porto - Processo Susep Nº 15414.002288/2005-85; Tókió Marine Nº 15414.100910/2004-39.

Planos garantidos por Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.: O registro desses planos na Susep não implica, por parte desta Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

**SICOOB**  
Faça parte.

[www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)

## AQUICULTURA E PESCA

# A MAIS NOVA FRONTEIRA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

ALTEMIR GREGOLIN

Ex-ministro do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), professor e consultor

O BRASIL é o país com um dos maiores potenciais do mundo na produção de pescados. Temos a maior reserva de água doce do mundo, 5 milhões de hectares de lâmina d'água represados, uma costa marítima de 8,4 mil quilômetros de extensão, espécies nobres, clima favorável e matéria-prima em abundância para rações. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o País tem condições de produzir 20 milhões de toneladas de pescado por ano. Hoje, produz 1,4 milhão de toneladas.

O pescado é a proteína animal mais consumida no mundo, representando 35% do total. As suas exportações compõem 60% das exportações mundiais de proteína animal.

O consumo de pescados em nível mundial cresce de forma consistente. Passou de 9,9 quilos/habitante/ano, na década de 1960, para 14,4 quilos/habitante/ano, na década de 1990, e 20,0 quilos/habitante/ano, em 2014. As projeções da FAO para 2025 indicam um consumo médio de 21,8 quilos/habitante/ano, o que representa uma demanda adicional de mais 31 milhões de toneladas de pescados por ano.

O consumo nacional segue a mesma tendência: subiu de 6,55 quilos/habitante/ano, em 2005, para 10,57 quilos/habitante/ano, em 2015, segundo o MPA. Este crescimento levou o Brasil a ter déficits crescentes na balança comercial de pescados, chegando a US\$ 915 milhões em 2016. A FAO coloca o Brasil como um dos países com maior potencial de crescimento do consumo para a próxima década.

Ao mesmo tempo, a aquicultura vem crescendo ao longo das últimas décadas e seguirá crescendo no próximo decênio: a FAO estima um aumento dos

atuais 166 milhões de toneladas por ano para 196 milhões de toneladas por ano na próxima década. Para o Brasil, a estimativa é de um crescimento de 104% no volume da aquicultura no mesmo período, superando 2 milhões de toneladas por ano.

Enfim, temos um potencial de produção extraordinário, mercados interno e externo promissores e os maiores produtores mundiais reduzindo o seu ritmo de crescimento. Isso explica o número cada vez maior de empresas nacionais e internacionais que investem no setor de pescados no Brasil, como são os casos: do Grupo Calvo, que comprou a Gomes da Costa, a maior empresa de enlatados do Brasil; do fundo de investimentos Aqua Capital, que comprou a Genesias, do Fundo Caetés, que, por sua vez, investiu na empresa Peixes da Amazônia, Acre; da Regal Springs, maior produtora de tilápia do mundo, que se associou à Mar & Terra e anunciou investimentos de US\$ 50 milhões para produzir 100.000 toneladas de tilápia por ano; da norueguesa AquaGen, maior empresa de genética de salmão do mundo, que comprou a Aquabel, maior em genética de tilápia do Brasil; e da Neovia, a gigante francesa de rações, que comprou a Nutrizon, grande produtora de rações para peixes em Rondônia.

Enfim, o “gigante começa a despertar”. É urgente, porém, que o País crie um ambiente mais adequado para o desenvolvimento da atividade, superando entraves relacionados a marco legal, carga tributária, investimentos em pesquisa, acesso ao crédito, assistência técnica e capacitação para a gestão profissional dos negócios. São incentivos à produção e à segurança jurídica para transformar o Brasil num grande produtor mundial de pescados e gerar emprego e renda para milhões de brasileiros. ■

## LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

# PERFIL DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

**THIAGO GUILHERME PÉRA**

Coordenador e pesquisador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ-LOG/USP)

**JOSÉ VICENTE CAIXETA FILHO**

Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP e coordenador do ESALQ-LOG/USP

COM OS preços de comercialização formados no mercado internacional, a competitividade das *commodities* agrícolas depende da gestão eficiente de custos. Parte desta administração eficiente está atrelada aos custos logísticos, dependente da infraestrutura logística, tanto em quantidade, como em qualidade. Nesse sentido, olhamos o perfil da infraestrutura de transporte do agronegócio brasileiro para comparar as taxas de crescimento da produção agrícola com as taxas de crescimento das infraestruturas ferroviária e hidroviária.

No Brasil, a oferta de infraestrutura de transporte apresenta 1,563 milhão de quilômetros de rodovias (apenas 13,5% são pavimentados), 30,0 mil quilômetros de ferrovias (somente um terço em operação comercial), 41,6 mil quilômetros

de hidrovias navegáveis (22,0 mil quilômetros de vias economicamente navegáveis), de acordo com estatísticas da Confederação Nacional do Transporte (CNT) de 2017.

Em função de tecnologias de produção, gestão no campo e condições edafoclimáticas, dentre outros fatores, a produção agrícola no País tem aumentado de forma significativa nos últimos anos. Daí uma análise comparativa entre as taxas nacionais acumuladas de crescimento da produção agrícola e as taxas das movimentações ferroviária e hidroviária.

Como o produto de maior aumento na sua produção agrícola, o milho teve incremento mais forte no uso da ferrovia e da hidrovia. Na soja,

## BRASIL: MATRIZ DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA

MODAL	Total*	Granel agrícola**
Rodoviário	61,1%	60,0%
Ferrovário	20,7%	30,0%
Hidroviário	13,6%	10,0%
Dutoviário	4,2%	-
Aeroviário	0,4%	-

Fonte: \* CNT (2017); \*\* EPL (2015)



o crescimento da produção agrícola foi superior ao crescimento da sua movimentação ferroviária e inferior ao crescimento da movimentação hidroviária. Para o açúcar, apesar da queda na sua produção agrícola, houve aumento substancial na sua movimentação ferroviária.

Já o efeito acumulado do uso da infraestrutura de transporte com a produção agrícola apresenta uma relação interessante.

Para o modal ferroviário, o açúcar foi o produto de maior ampliação na participação do uso em relação à produção agrícola. Isso pode ser explicado pelos fortes investimentos dos grupos econômicos do setor sucroenergético, no estado de São Paulo. Ainda na relação entre movimentação ferroviária e produção agrícola, o milho também apresentou aumento, enquanto, na soja, houve menor alocação.

É interessante notar um forte aumento da relação entre movimentação hidroviária e produção agrícola para soja e milho, resultados dos fortes

investimentos nos terminais hidroviários na região Norte do País (Arco Norte).

Invariavelmente, o crescimento da produção agrícola aumenta a pressão na infraestrutura rodoviária. Aumentar a qualidade deste modal é fundamental para ganhos de produtividade no transporte e uma consequente redução dos custos logísticos. Além disso, existe a precária condição das estradas rurais que conectam a produção agrícola aos grandes eixos rodoviários. Esta situação encarece por demais a logística, em função da baixa eficiência, principalmente em épocas chuvosas no período da colheita, com a formação de atoleiros, voçorocas, filas etc.

De toda forma, as taxas de crescimento de ferrovias e hidrovias no País devem ser superiores às taxas de crescimento da produção no agronegócio, de modo que ocorra uma efetiva diversificação da matriz de transporte e o setor possa ganhar mais competitividade e gerar maiores ganhos econômicos, sociais e ambientais. ■

#### BRASIL: TAXAS ACUMULADAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E TAXAS DAS MOVIMENTAÇÕES FERROVIÁRIA E HIDROVIÁRIA NO PERÍODO 2010-2015

PRODUTO	Produção agrícola	Movimentação	
		Ferroviária (%)	Hidroviária (%)
Açúcar	-10,97%	35,70%	-38,90%
Milho	54,04%	85,60%	231,20%
Soja	41,75%	27,20%	54,00%

Fonte: elaboração pelos autores com base em ANTAQ (2016), ANTT (2016), IBGE (2016), ESALQ-LOG (2016) e UNICA (2016)

#### BRASIL: RELAÇÃO ENTRE AS MOVIMENTAÇÕES FERROVIÁRIA E HIDROVIÁRIA E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO 2010-2015

PRODUTO	Relação entre movimentação			
	ferroviária e produção agrícola		hidroviária e produção agrícola	
	2010	2015	2010	2015
Açúcar	28,90%	46,30%	0,21%	0,24%
Milho	15,20%	18,40%	1,47%	3,16%
Soja	20,20%	18,20%	3,92%	5,66%

Fonte: elaboração pelos autores com base em ANTAQ (2016), ANTT (2016), IBGE (2016), ESALQ-LOG (2016) e UNICA (2016)





## 1º FÓRUM BRASILEIRO DE BIODEFENSIVOS



Evento organizado pela Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), o 1º Fórum Brasileiro de Biodefensivos reuniu especialistas para debater, em 29 e 30 de agosto, as perspectivas e as tendências do segmento de defensivos biológicos.

Na abertura do evento, Gustavo Herrmann, presidente da ABCBio, destacou o uso de biodefensivos pela agricultura brasileira alicerçado no tripé de:

- disseminação do conhecimento para assistência técnica no campo;
- boa prática de produção para assegurar qualidade; e
- logística eficiente para o produto chegar com condições adequadas à aplicação nas lavouras.

“Até o final do ano, devemos colocar em operação um projeto de capacitação *online* para atender as demandas de nossos revendedores, consultores

e agricultores interessados. Com este acesso, ampliaremos o conhecimento sobre os usos e as aplicações dos defensivos biológicos”, concluiu o presidente da Associação.

Arnaldo Jardim, secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA/SP), ressaltou o compromisso da Pasta com o estímulo ao maior uso de defensivos biológicos. “Fizemos questão de marcar presença nesse evento justamente para reforçar o propósito de, junto com a ABCBio e as empresas do segmento, formularmos e incorporarmos políticas públicas que atendam todas as necessidades desse mercado”, disse Jardim.

O secretário destacou, ainda, a necessidade de um olhar diferenciado. “Existem normas vigentes

voltadas para os defensivos químicos, mas, nos biológicos, esse tratamento não deveria ser diferente?”, questionou. Por isso, a Secretaria está promovendo entendimentos com os vários

segmentos do mercado para se conhecerem melhor as alterações em termos de normas para modernizar o registro de biodefensivos.

## PAINEL 1: REGISTRO DE BIODEFENSIVOS NO BRASIL

Carlos Venâncio, coordenador-geral de Agroquímicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DFIA/SDA/MAPA), comentou sobre o expressivo crescimento no número de registros de produtos biológicos na Pasta: a quantidade passou de 139 para 277 entre 2015 e 2016.

O palestrante considerou oportuna a iniciativa da ABCBio de intensificar os esforços em melhorar o nível técnico dos profissionais que lidam com os biológicos. “Essa também é uma grande preocupação do MAPA, pois a área é muito complexa e demanda um conhecimento específico e bem aprofundado”, concluiu Venâncio.

## PAINEL 2: DEFENSIVOS BIOLÓGICOS E QUÍMICOS

Ronaldo Pereira, presidente da FMC América Latina, enfatizou que a questão não é o uso de um ou outro tratamento, mas sim de uma integração entre biológicos e químicos, juntamente com os conhecidos pilares do Manejo Integrado de Pragas (MIP). “Com mais ciência e menos preconceito, essa é a melhor proposta para o futuro do segmento no Brasil”, afirmou.

Vegetal (Andef), salientou o esforço do controle de pragas para ir além da fronteira das fazendas. “Em função do clima tropical brasileiro, propício para a proliferação de pragas cada vez mais resistentes aos defensivos, são necessárias ações regionais que podem ultrapassar as fronteiras de estados e, até mesmo, de países, como no caso de culturas como a de soja”, observou.

Roberto Sant’Anna, gerente de Inovação e Sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa

## PAINEL 3: LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA A PRODUÇÃO DE BIODEFENSIVOS

Foram realizadas apresentações de como os bancos públicos, as agências de fomento e a iniciativa privada podem potencializar e apoiar as novas tecnologias de biodefensivos.

porque há uma forte pressão da sociedade por alimentos produzidos com baixo índice de resíduos”, concluiu o dirigente.

Raffael Costa, dirigente da SP Ventures, afirmou que a sua empresa conduz investimentos em *venture capital* no Brasil. A sua atuação está focada na compra de participação acionária de empresas reconhecidamente inovadoras, com altíssimo potencial de crescimento no curto prazo, como a indústria de biodefensivos. “Investimos em novas plantas e laboratórios para pesquisa e desenvolvimento de produtos biológicos

Martim Francisco de Oliveira e Silva, técnico do Departamento de Indústria Química do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Luís Felipe Maciel, gerente de Biodefensivos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), descreveram as linhas de financiamento e de apoio das suas respectivas instituições.



# ACREDITAR NO MANEJO BIOLÓGICO É NATURAL, É BALLAGRO



Especializada em Controle Biológico, a Ballagro atua com estrutura própria e tecnologia de ponta no segmento desde 2004. Além das soluções microbiológicas, apresenta em seu portfólio uma linha para Nutrição Vegetal.

[ballagro.com.br](http://ballagro.com.br)



## PAINEL 4: VISÃO DOS PRODUTORES

Alexandre de Sene Pinto, consultor em Manejo Integrado de Pragas e professor do Centro Universitário Moura Lacerda no *campus* de Ribeirão Preto, mostrou o resultado da pesquisa de campo elaborada por sua empresa de consultoria.

Cerca de 29% dos produtores rurais disseram adotar os produtos de controle biológico devido à ineficácia de agrotóxicos e transgênicos. Outros motivos apontados foram a proibição de alguns agrotóxicos e o surgimento de novas pragas. A questão da rentabilidade também pesa bastante, pois apenas 2% justificaram aplicar o produto por consciência ambiental.

Entre as barreiras para um avanço ainda maior dos biodefensivos, 51% dos entrevistados apontaram

a falta de informações sobre a tecnologia. A inserção de uma disciplina obrigatória sobre a tecnologia de aplicação de biodefensivos na grade curricular dos cursos de Ciências Agrárias ajudaria a mudar esse quadro.

Glenio Martins de Lima Mariano, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), ratificou que esse desconhecimento faz parte da realidade: “apesar de os agentes biológicos possuírem grande potencial de crescimento, em nosso universo, principalmente de pequenos produtores rurais, são poucos com o domínio desta tecnologia”.



## CASOS DE SUCESSO NA APLICAÇÃO DE BIODEFENSIVOS

### Fazenda Agropecuária 3G

Proprietário Paulo Eduardo Garcia Junior

O proprietário realiza cultivo orgânico com 300 hectares de cana e 60 hectares de soja, com o uso de biodefensivos há vinte anos. Com o aprimoramento do manejo sustentável de pragas, conseguiu eliminar em 100% os danos causados pelas pragas nas lavouras.

O sistema de manejo com biodefensivos exige maior controle quando comparado com o cultivo convencional, pois requer constante capina das plantações para eliminar as ervas daninhas sem o uso de químicos. É necessária uma atenção especial para as formas de aplicação. O produto exige cuidados nas fases de transporte, armazenamento e aplicação. O seu efeito não é imediato como é no químico.

### Grupo MNS (empresa distribuidora de hortifrutigranjeiros)

Programa Colheita Segura (PCS)

O objetivo é assegurar uma colheita com segurança, com repasse aos produtores de Boas Práticas Agrícolas (BPA) e manejo consciente da lavoura, com o uso preferencial de produtos biológicos.

O produto selecionado foi o pimentão. Foram produzidas 1.920 toneladas do produto, com índice de conformidade de 80% das amostras analisadas de resíduos. Para isso, foram realizadas em torno de mil visitas técnicas e mais de cem pessoas foram capacitadas.

De acordo com Francisco Araldo Pezzato Junior, gestor do PCS, e Thiago Ezio Moreira, gestor de Qualidade do Grupo MNS, “houve uma queda de cerca de 50% tanto no uso de fungicidas, quanto no de inseticidas”, enquanto o emprego de defensivos biológicos passou de 3% para 31%.

### Empresa Itauera Agropecuária

Controle biológico na produção do melão Rei

O gestor da Itauera Agropecuária – caracterizada como empresa líder na produção do melão Rei, com fazendas em quatro estados e exportadora para diversos continentes –, Tom Prado, afirmou que “25% dos produtos fitossanitários utilizados na produção são de origem biológica, sendo que a percentagem só não é maior devido à falta de biodefensivos disponíveis no mercado para todos os alvos de pragas e doenças”.

## PALESTRA 1: FUTURO, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

Como será a dinâmica e a integração entre as tecnologias nos próximos anos, de modo a contribuir para a sustentabilidade no Brasil e no mundo?

Marcelo Augusto Boechat Morandi, chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, destacou a importância da sustentabilidade e da tecnologia para a evolução do agronegócio brasileiro. Citou o momento como extremamente favorável para a disseminação do uso de bioprodutos, incluindo os defensivos biológicos,

já que há uma preocupação, cada vez maior, com a sustentabilidade ambiental. “As projeções mostram que, no futuro, teremos uma população ainda mais urbana, com menos conhecimento sobre o agronegócio, porém mais exigente. Por isso, precisamos entregar sempre mais valor para a sociedade”, concluiu Morandi.

Dirceu Júnior, diretor do Centro de Expertise de Agricultura Tropical da Bayer, ressaltou o uso de



soluções integradas para aproveitar o potencial de cultivo das culturas. Para isso, exemplificou como o uso de tecnologia de maneira correta contribui para a produtividade: “por isso há produtores

rurais com colheita de 110 a 115 sacas de soja por hectare, enquanto a média brasileira não passa de 60 sacas de soja por hectare”.

## PALESTRA 2: SOLUÇÕES EFETIVAS E ECONOMICAMENTE VIÁVEIS

Sjoerd Van der Ent, do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento em Microbiologia da Koppert, com sede na Holanda, trouxe a sua experiência para o desenvolvimento de soluções efetivas e economicamente viáveis. “Quando conhecemos o mercado, precisamos definir as propriedades que o produto precisa apresentar para entregar o resultado esperado. A formulação entra em jogo, porque qualquer tecnologia não atenderá aquela demanda”, explicou. “Devemos desenvolver um produto para se encaixar no manejo da cultura em questão”.

Na sua avaliação, a estabilidade dos micróbios é uma questão essencial, porque há diversos fatores que podem alterar a sua eficiência e, até mesmo, levá-los à mortandade. “Temos de verificar qual a forma adequada é a forma como o produtor rural

armazenará a solução. Ele pode colocá-la em um tanque acoplado a um trator ou caminhão até realizar a aplicação. Como isso poderá levar algumas horas, é importante realizar um treinamento para se ter a consciência de estar tratando com organismos vivos. Mas, de qualquer maneira, a sobrevivência destes micróbios dependerá, principalmente, da formulação”, destacou.

Além da questão do armazenamento, Van der Ent lembrou a necessidade de uma logística correta por parte das empresas e dos distribuidores para a manutenção do produto de controle biológico. O clima, a temperatura e o modo de aplicação podem interferir. “Outro fator de preocupação é a interação do agente biológico com outros agentes químicos ou mesmo biológicos das sementes e das misturas de tanque”, acrescentou.

## PALESTRA 3: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil, Alan Bojanic, mostrou que a utilização dos bio defensivos atende seis dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados durante a Cúpula das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável em 2015.

São considerados como ODS:

- Erradicação da pobreza, por meio da geração de renda no campo;
- Fome zero e agricultura sustentável, mediante a alimentação saudável e a promoção da produção sustentável e do mercado de alimentos orgânicos;
- Boa saúde e bem-estar, por meio de uma vida saudável, com a alimentação de produtos sem resíduos;
- Consumo e produção responsáveis, mediante o controle de pragas nas plantações de modo natural;
- Ação contra a mudança global do clima, com menor uso de combustíveis fósseis;
- Proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres, detendo a perda de biodiversidade.

“Portanto, o uso crescente dos biodefensivos contribui para o Brasil atingir as metas da agenda 2030, com a necessidade de cada vez mais se

incentivar o uso massivo desta tecnologia”, conclui Bojanic.

## PALESTRA 4: PANORAMA DO MERCADO DE ORGÂNICOS

Reginaldo Morikawa, diretor superintendente da Korin Agropecuária, mostrou que o mercado mundial de orgânicos chegou a US\$ 81 bilhões. O aumento foi de 440% nos últimos quinze anos. Os maiores plantios acontecem na Austrália (22,7 milhões de hectares), Argentina (2,1 milhões de hectares) e EUA (2,0 milhões de hectares). Os dados são do Research Institute of Organic Agriculture (FiBL) e da IFOAM – Organics International.

“O Brasil posiciona-se de forma muito positiva quanto ao consumo de orgânicos e se iguala a países mais desenvolvidos como a Austrália, a Espanha e o Japão”, afirma Morikawa.

Segundo levantamento feito pela Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica (COAGRE), da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), vinculada ao MAPA, a área

de produção orgânica no País pode ter ultrapassado os 750 mil hectares em 2016. A agricultura familiar representa 75% dos agricultores certificados.

“Os consumidores estão cada vez mais preocupados em comprar produtos com apelo sustentável, produtos com atributos de eficiência e de responsabilidades ecológica, econômica e social”, completa Morikawa.

Nesse contexto, Álvaro Garcia, gestor do Programa de Aprovação de Insumos da IBD Certificações, expôs a procura crescente de certificações de insumos para a agricultura orgânica. “As empresas buscam a certificação dos insumos biodefensivos não apenas para atender a demanda da produção orgânica, mas também para suprir as requisições do mercado agrícola convencional, cada vez mais exigente”, explica. ■

### LANÇAMENTO DE PESQUISA DE MERCADO

#### Mercado Brasileiro de Biodefensivos Agrícolas: Necessidades, Oportunidades, Desafios e Tendência

A ABCBio, em parceria com a Informa Economics IEG | FNP, anunciou o lançamento da primeira pesquisa qualitativa e quantitativa sobre o mercado brasileiro de biodefensivos. O crescimento deste mercado acompanha a tendência mundial de uma nova mentalidade dos produtores em relação à adoção do MIP.

Há uma carência de informações para as empresas fabricantes caracterizarem a demanda e as condições de uso dos defensivos biológicos. Os resultados do estudo possibilitarão maiores conhecimentos sobre as percepções, os hábitos e as tendências de recomendação e de uso de biodefensivos pelos agricultores em diversas culturas. O plano é iniciar os trabalhos neste mês e encerrá-los em fevereiro de 2018.

A proposta viabilizará economicamente a participação de empresas. “Os resultados da pesquisa serão cruzados com as informações mercadológicas das indústrias associadas formadas pelo nosso comitê estatístico. Isso nos proporcionará segurança quanto aos dados aportados e auxiliará na elaboração de projetos em prol da defesa do setor”, finaliza Amália Piazzentim Borsari, diretora executiva da ABCBio.



A nova força no controle biológico da sua lavoura.



VITTIA  
GRUPO







## EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

# EFICIÊNCIA E COMPETITIVIDADE

### LUIZ OTÁVIO ARARIPE

Membro do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ) e diretor da Valorização Empresa de Café

A exportação de café é uma das mais tradicionais atividades do comércio exportador brasileiro. Desde o final do século XVIII, o Brasil iniciou os primeiros embarques. Desde quando alcançamos a liderança mundial, por volta de 1850, nunca mais perdemos esta privilegiada posição. Além de representar mais de 25% do comércio internacional de café, a participação nacional tem sido crescente nos últimos quinze anos, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Em tempos mais recentes, ocorreu uma sofisticação no mercado mundial, com maior demanda de produtos diferenciados e de qualidade. As nossas vendas externas também se destacam neste segmento. Hoje, do total de 32 milhões de sacas anuais de café verde exportado pelo Brasil, cerca de 15% são de cafés especiais.

O Brasil conta com ampla capacidade instalada de preparo de café, em armazéns privados ou armazéns gerais. Isso lhe dá condições para preparar os mais variados *blends* de café, por meio da mistura dos grãos de diferentes locais, variedades e espécies entre os tipos Arábica e Robusta. Desta maneira, podemos atender a demanda específica e individualizada de cada torrefador.

Além de exportamos o café brasileiro para mais de uma centena de países, somos líderes de mercado em quase a totalidade dos países importadores. Como país produtor, o Brasil é uma exceção na exportação em quantidades significativas de todas as qualidades de café: Arábica lavado, cereja descascada, Arábica natural e Robusta (Conilon). No café solúvel, lideramos as exportações mundiais.

## CONHEÇA O IPEP

Nos últimos doze anos, o CECAFÉ tem calculado e publicado regularmente o Índice de Participação na Exportação do Produtor (IPEP). O seu objetivo é estimar a participação do produtor de café Arábica no valor exportado da mercadoria desembarçada para exportação, o chamado valor FOB. Nesse período, o IPEP manteve-se próximo de 85%, com variações raras no intervalo de até 10% para mais ou para menos.

Um IPEP de 85% significa que apenas 15% do valor FOB exportado representam os custos das etapas\* até o porto de embarque, incluindo as despesas portuárias, os custos de financiamento etc. Na página do CECAFÉ na internet, pode-se verificar o detalhamento da metodologia de cálculo do IPEP.

Essa longa série de indicadores mensais do IPEP demonstra as contínuas eficiência e competitividade do setor exportador de café verde brasileiro. Comparado com todos os outros países produtores de café, o Brasil é o país em que a exportação de café transfere a maior parte do valor FOB para os preços internos recebidos pelo produtor.

\* Limpeza, processamento, lavagem, separação, secagem, beneficiamento (classificação de peneira e composição do *blend*), embalagem e armazenamento

Obviamente, esse desempenho resulta de um esforço conjunto de todo o agronegócio café. Na produção de café Arábica, apresentamos a maior produtividade e os menores custos de produção por hectare. Disponhamos de uma pesquisa agrônômica da melhor qualidade no mundo e uma indústria de torrefação eficiente, diversificada e com tecnologia de ponta.

Além da liderança mundial na qualidade e na quantidade exportadas, o setor exportador brasileiro destaca-se em um importante aspecto para o agronegócio café: a eficiência e a competitividade ao transferir para o produtor a quase totalidade do valor FOB das exportações.

Com base em dados dos preços internos aos países produtores publicados pela Organização Internacional do Café (OIC), será mostrada uma breve análise de comparação entre o IPEP do Brasil e o dos outros países produtores no período de 2007 a 2016.

Para o café Arábica brasileiro, a média do IPEP foi de US\$ 167,74 por saca, enquanto a média do preço internacional do indicador para o Arábica natural brasileiro no período foi de US\$ 197,63. Ou seja, uma participação de 85%. No caso do café Conilon brasileiro, essa participação sobe para 93% no período.

Todos os outros produtores apresentam valores de participação menores. A Colômbia e países produtores da América Central apresentam taxas próximas de 80%, com casos extremos, como, por exemplo, o de Honduras, com 66%. Diversos países – notadamente alguns países africanos produtores de café Robusta – apresentam IPEP abaixo de 50%, como Angola e Uganda. Ao apresentarmos essa análise, fazemos a ressalva de que, em alguns países produtores, uma maior tributação das exportações pode reduzir a participação do IPEP.

Certamente, alguns aspectos na exportação de café brasileiro ainda devem ser melhorados. Os custos e as falhas nas regulamentações portuária e cambial ainda são impedimentos para se fortalecer a liderança das empresas brasileiras de exportação no comércio internacional de café.

A competitividade e a liderança internacionais do café brasileiro são, em larga medida, funções de uma classe exportadora formada por empresas privadas e cooperativas de produtores extremamente eficientes, competitivos, com uma larga experiência e tradição internacional. Temos os melhores profissionais de comércio e especialistas em prova e classificação de café. Detemos conhecimento e capacidade técnica inigualáveis no mundo. A transferência da receita de exportação para os produtores é item fundamental da sustentabilidade do café do Brasil. ■



# SABE O QUE NOS FAZ **ACELERAR?**

**CONVERSÃO ALIMENTAR DE 1,8**

**GANHO DE PESO DIÁRIO DE 1.060g**

**236kg DE DESMAMADOS/FÊMEA/ANO**

Esses são exemplos de desempenho em nível comercial, entre alguns de nossos clientes, no melhor padrão da suinocultura internacional.

**E CONTINUAMOS  
ACELERANDO AINDA MAIS.**



MÁXIMA  
POTÊNCIA  
**GENÉTICA**

Dados consolidados dos clientes Top 10% em desempenho na fase de crescimento ajustada para abate aos 100 Kg de peso vivo.

**agroceres** 

## PROTEÍNA ANIMAL

## APOSTA NA SUINOCULTURA

A SUINOCULTURA brasileira atingiu um alto grau de profissionalismo tecnológico e empresarial. Com o avanço do sistema de integração entre produtores e agroindústrias, a produção passou a ter maior estabilidade e menor oscilação. Ao mesmo tempo, com a especialização dos sistemas de produção, parte da sua matéria-prima passou a ser dirigida para segmentos e nichos específicos de mercado. Esta configuração não apenas fortaleceu o setor, como garantiu maior dinamismo e competitividade à produção suinícola nacional.

Nos últimos anos, a suinocultura brasileira tem se destacado por seu desempenho produtivo. O rebanho manteve-se praticamente estável, enquanto a produtividade cresceu em torno de 3% ao ano, sustentada pela modernização das instalações e pelos plantéis reprodutivos de alta *performance* genética.

Essa evolução pode ser vista por outros números do setor:

- Nesta década, o rebanho nacional registrou uma tênue expansão de 4,56% (de 39,3 milhões de cabeças para 41,1 milhões), enquanto a produção mostrou um incremento de 9,53% (de 3,39 milhões de toneladas para 3,72 milhões);
- Nos últimos quatro anos, o plantel tecnificado manteve-se estabilizado no patamar de 1,7 milhão de matrizes, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Genética de Suínos (ABEGS). Já o abate anual de suínos saltou de 33 milhões de cabeças para 37 milhões, enquanto a produção de carne suína teve um incremento de 3,35 milhões de toneladas para 3,76 milhões.

Esse avanço denota o alto grau de maturidade e consolidação da cadeia produtiva brasileira de suínos, em termos de escala de produção, intensidade tecnológica e exigência de capital. As barreiras de entrada e saída das empresas no setor estão basicamente centradas nestes três pontos. Na suinocultura de hoje, só há espaço para competentes.

O conturbado ambiente interno de negócios no País nesses últimos anos inibiu a realização de grandes investimentos na suinocultura. A melhora no quadro macroeconômico, no entanto, deve gerar e abrir novas oportunidades. Com o controle da inflação, o câmbio adequado, a queda nas taxas de juros e o Produto Interno Bruto (PIB) positivo, a tendência para as agroindústrias e as cooperativas é de retomada dos seus investimentos. Tudo indica que 2018 pode ser o ponto de inflexão desse processo.

Como a oferta de carne suína está bem ajustada, não haverá aumento expressivo da produção. As perspectivas de demanda são favoráveis e mostram potencial com a firmeza do consumo interno e a expansão das exportações. Por sua vez, as tendências do mercado de *commodities* agrícolas apontam para uma redução de preços, de modo a aliviar as pressões dos custos de criação. O alinhamento dessas variáveis indica a entrada de um novo ciclo de crescimento para a suinocultura. ■

# A DEFESA ECONÔMICA DA CITRICULTURA

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



A CITRICULTURA vem recuperando-se de uma grave crise, na qual os produtores enfrentaram, entre as safras 2011/12 e 2015/16, combinações, em diferentes proporções, de problemas como baixa produtividade e/ou qualidade da fruta, preços aviltados, dificuldade de comercialização pela ausência de mercado, piora nas condições sanitárias dos pomares e elevação dos custos de produção.

Apesar de o preço de exportação do suco de laranja não ter sofrido variação significativa no mercado internacional, o impacto na produção de matéria-prima foi enorme. Enquanto o suco de laranja nunca esteve abaixo de US\$ 1.800,00 por tonelada no referido período, os citricultores viram a sua laranja apodrecer no pé ou tiveram de comercializá-la a R\$ 5,00 ou R\$ 6,00 por caixa no mercado, valor equivalente a 45% do custo de produção à época.

Tal situação deixou sequelas no parque citrícola. Segundo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA/SP), entre 2011 e 2016 o número de propriedades citrícolas no estado de São Paulo foi reduzido de 19.066 para 10.320, diminuição de 46% ou 8.746 propriedades no período.

Nesse contexto, ocorreram redução da atividade econômica nas regiões produtoras, perda de postos de trabalho e consequente impacto na arrecadação tributária, situação duramente registrada por muitas prefeituras.

As dificuldades constatadas estão relacionadas, também, com o fim do contrato-padrão, as assimetrias de informação na transação de compra e venda de laranja, a grande concentração do mercado de suco e a sua elevada integração vertical, aspectos que passam pela organização industrial do setor citrícola.

Em que pese o incentivo da FAESP, na década de 1970, para a transformação do setor processador e exportador de suco de laranja; ainda assim, a relação entre os citricultores e os industriais tem estado conflituosa, a tal ponto que muitas das contravérsias do setor acabam desaguando no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Em decisão relacionada aos condicionantes impostos para a fusão entre a Citrosuco e a Citrovita em 2014, foi aprovada a constituição do Conselho dos Produtores de Laranja e das Indústrias de Suco de Laranja (Consecitrus), sendo, oportunamente, reconhecida a legitimidade da Federação como entidade representativa dos produtores rurais.

A FAESP entende que o Consecitrus representaria o foro adequado para viabilizar soluções para os graves problemas que assolam o setor citrícola, boa parte deles relacionada à elevada concentração de mercado e à verticalização por parte das indústrias processadoras de suco de laranja.

Porém, a recente decisão do Cade, que determinou a reprovação do ato de concentração que aprovou o Consecitrus, mediante restrições, é uma triste notícia para o setor, que não contará com o almejado mecanismo de diálogo entre os segmentos.

Ficou evidenciado que a reprovação deve ser imputada à intransigência da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), que se recusou a cumprir na integralidade a decisão do Cade, em especial no que se refere à inclusão, no estatuto social do Conselho, do tema verticalização entre as finalidades institucionais deste.

A FAESP lamenta pelo desfecho e buscará medidas compensatórias adicionais junto ao Cade para a construção de uma alternativa que possa implicar avanços para a citricultura paulista, por meio do reequilíbrio estrutural do mercado de citros. ■



## CONSIDERAÇÕES

# SOBRE COMIDA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

OS OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial, adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, que é composta por dezessete objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Nesta agenda, estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Tais temas podem ser divididos em quatro dimensões principais: social, ambiental, econômica e institucional.

Dos dezessete objetivos propostos pela ONU, a Andef destaca aquele relacionado à fome zero e à agricultura sustentável. É importante lembrar que o Brasil começou a reverter o quadro da fome graças ao avanço da competitividade da sua agropecuária. Porém, mesmo que esta, hoje, seja reconhecida mundialmente como referência em produtividade e sustentabilidade, nota-se que se elevam as vozes contrárias – entre alguns próprios brasileiros – a esta agricultura geradora do desenvolvimento.

Interpretações equivocadas e, muitas vezes, mal-dosas animam os caprichos do ambientalismo

urbano. Nele, há pessoas bem-intencionadas, mas há, também, os ideologizados. O fato é que estes não semeiam, não plantam, não produzem comida. No oportunismo das notícias equivocadas, levanta-se a bandeira da produção sem o uso de tecnologias.

A afirmação ingênua que propõe uma imediata “substituição ao modelo dominante” deixa a seguinte reflexão: a quem interessa o fracasso do moderno modelo brasileiro de produzir alimentos, copiado e estudado largamente em todos os quatro cantos do mundo?

Não há problema em defender ou optar por modelos agrícolas diferentes. Ao contrário, há espaço para todos, e a diversidade nas formas de manejo das culturas é muito importante. O grande problema é a ideologia que prega um cenário trágico, que coloca em xeque um modelo produtivo baseado na ciência e na sustentabilidade que faz do Brasil o campeão mundial de preservação e, ao mesmo tempo, de produtividade. Não há outro país que faça algo parecido.

A gritaria injustificada contra a agricultura moderna está longe de ser útil – muito pelo contrário. Mais do que enaltecer e estimular um ‘desespero infundado’, é crucial que os sensatos concentrem a sua energia e o seu tempo em ampliar os arranjos estratégicos que envolvam agricultores, entidades do setor, comunidade científica, institutos de pesquisa, órgãos de governo e empresas. Juntos, continuaremos a levar o Brasil rumo ao progresso. ■



DIÁRIO DE BORDO

# SUCESSÃO E REPRESENTATIVIDADE

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

**T**EMA CRESCENTEMENTE debatido no campo tem sido o da sucessão, especialmente em entidades de representação.

Em novembro de 2016, o Banco Central do Brasil (BACEN) editou a Resolução nº 4.538, que dispõe sobre a sucessão de administradores de instituições financeiras e que alcança as cooperativas de crédito. Diz o artigo 1º: “As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem implementar e manter política de sucessão de administradores, aplicável aos cargos da alta administração da instituição”. E o parágrafo 2º do artigo 4º é específico para as cooperativas de crédito ao exigir que a sua política sucessória “deve ser aprovada pela assembleia geral”.

Mais recentemente, em 24 de agosto último, a Justiça do Distrito Federal decidiu que o atual presidente do

Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) não poderia concorrer à reeleição que haveria no dia 1º de setembro porque isso “fere a moralidade da administração pública”. O despacho aponta que o referido presidente se reelegera seis vezes no CFMV, estando no poder há dezoito anos. A juíza responsável pela decisão liminar, à qual cabe recurso, disse que a alternância do poder faz parte “das diretrizes do Estado democrático de direito”, enquanto a permanência por tempo ilimitado “amolda-se ao totalitarismo dos regimes ditatoriais”.

Pode-se discutir se o despacho da juíza é intempestivo ou arbitrário e se a Resolução do BACEN faz exigências com as quais os cooperados de uma credi não concordem. Mas, os dois fatos mostram uma preocupação legítima com a sucessão democrática em instituições onde nem sempre isso acontece.

No setor rural, especialmente nas suas entidades de representação, esse é um assunto recorrente. Com bastante frequência, se observa a permanência por vários mandatos de presidentes destas instituições, seja por desinteresse dos associados, seja por manipulação dos dirigentes, seja mesmo pelo sucesso do trabalho realizado. Mas, renovação é sempre bem-vinda.

Ademais, há um componente curioso nesse processo: a gestão das fazendas exige a presença física do

proprietário. Há até um velho ditado segundo o qual “é o olho do dono que engorda o porco”. Com isso, os bons produtores com condição de liderança setorial não podem dedicar tempo às instituições, a não ser que já tenham sucessores assumindo a gestão nas fazendas. Naturalmente, ao se afastarem do dia a dia da gestão, afastam-se, também, dos reais problemas do setor e acabam perdendo legitimidade. Algumas instituições organizaram modelos de sucessão que eliminam esse problema limitando o número de reeleições. A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) e a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) aceitam por estatuto só uma reeleição, o que não acontece em sindicatos, por exemplo.

Contudo, também nas empresas familiares no campo, há casos de dificuldades na sucessão. Os veteranos proprietários, sendo competentes, incorporam novas tecnologias e obtêm resultados positivos, fazendo deste sucesso o argumento para não “entregar o comando” para herdeiros melhor preparados, sobretudo quanto à Tecnologia da Informação (TI), à internet das coisas e à conectividade que está chegando com força. Por essa razão, sucessão nas fazendas vem se tornando um ponto central para a preservação das empresas, e, cada vez mais, os jovens – inclusive moças muito bem treinadas – estão prontos para tocar o negócio. ■



PRODUZIR

# OBSTÁCULOS ATUAIS À SAÚDE DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

FREDERICO BRAUN D'AVILA

Diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

**N**OS DIVERSOS encontros, fóruns e congressos do agronegócio feitos anualmente no Brasil, são apresentados diagnósticos precisos sobre os gargalos e os entraves diários enfrentados pelos produtores rurais. Assim como nas modernas avaliações médicas, o setor é dissecado com rigor por especialistas, enquanto sugestões avançadas de “tratamentos” são compartilhadas com tomadores de decisão.

Muitos dos participantes desses eventos são parlamentares, membros dos Executivos federal e estadual, além de indivíduos comprometidos com o setor produtivo. Entretanto, poucos “tratamentos” são levados a termo ou são adequados de modo a beneficiar eficazmente os “pacientes”.

O agronegócio brasileiro é um indivíduo naturalmente saudável, mas, às vezes, fica sujeito a um ambiente insalubre. Quando precisa de tratamento, não é fácil ter acesso a uma porta do sistema de saúde com alto nível de excelência.

Analogias à parte, é importante elencar alguns obstáculos expressivos que dificultam a vida do produtor brasileiro. O Estado cobra com eficiência o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), porém o julgamento da constitucionalidade do imposto está na

Justiça há duas décadas, e, até hoje, não temos um sistema de seguro rural eficiente.

A logística do País, a sua legislação trabalhista e o sistema tributável ainda precisam de aperfeiçoamento. O Ministério da Agricultura, apesar da boa condução do orçamento do Plano Safra, todo ano precisa negociar duramente recursos e taxas de juros competitivas perante o Ministério da Fazenda, um contrassenso, uma vez que se espera valorização para um Ministério tão atuante como aquele.

Uma potência agrícola como o Brasil deve lograr um planejamento orçamentário robusto, quadrienal. Também é necessário articular melhor os atores que definem as diretrizes do financiamento do agronegócio, para abrirem mais oportunidades de investimento no setor.

Frente à sociedade brasileira, é importante lançar pautas positivas e mitigar as controvérsias, como as polêmicas quanto às populações indígenas, aos alimentos orgânicos e à Floresta Amazônica, temas sobre os quais, ressalta-se, nenhum de nós é contrário.

No Brasil, o bode expiatório é o produtor rural, seja pecuarista, agricultor, granjeiro ou qualquer outro. E isso é muito diferente do que acontece nos EUA, onde os

produtores celebram orgulhosamente a primeira semana de plantio de cada safra com bandeiras do seu país em seus tratores e suas plantadeiras. Lá, comemora-se, também, o National Ag Day ([www.agday.org](http://www.agday.org)), que enaltece o homem do campo por colocar alimento farto e de qualidade na mesa do povo americano.

Por aqui, o produtor ainda não ganhou o merecido destaque diante da população urbana e é mais lembrado quando os preços dos produtos sobem ou em algum caso isolado de agressão ao meio ambiente. Enquanto isso, o vizinho Paraguai derruba entraves e fomenta o setor agrícola, e 100% dos produtores brasiguaios não têm intenção de regressar ao Brasil.

Se, daqui para frente, a Argentina evitar outro casal Kirchner e a Bolívia e a Venezuela livrarem-se dos seus líderes bolivarianos, será a vez de a agricultura brasileira ter a eficiência de um laboratório de ponta para ajustar pontos vitais juntamente com os nossos governantes e revigorar algumas lideranças do nosso agronegócio. ■

## OPINIÃO

# AGRICULTURA DE PRECISÃO: UMA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

A AGRICULTURA de Precisão (AP) – sistema de gestão da produção que traz ferramentas como *big data* (tecnologia da informação para armazenamento de dados) e internet das coisas (*Internet of Things* – IoT) – vem transformando a agricultura brasileira, garantindo um aumento de produtividade com sustentabilidade.

A AP teve os conceitos formulados em 1929 e ganhou força na década de 1980, impulsionada por máquinas, como colheitadeiras, com receptores GNSS (*Global Navigation Satellite System*), computadores e sistemas que possibilitam a geração de mapas de produtividade.

Ações como definir tipo de semente e forma de plantar, quando adubar e usar defensivo, aperfeiçoar a colheita e determinar as condições

de armazenamento, logística e comercialização estão incorporando essa tecnologia.

A combinação de tecnologias pode aumentar o rendimento das lavouras em até 67%, segundo estudos. De acordo com um relatório da McKinsey, o uso de *big data* na agricultura brasileira pode gerar ganhos de R\$ 24 bilhões até 2019.

A AP considera a lavoura em todos os aspectos: produtividade, solo, doenças e pragas. Quanto maior a quantidade de dados coletados, mais preciso será o diagnóstico sobre a variabilidade nas lavouras. Assim, pequenos, médios e grandes produtores podem gerir as suas propriedades com mais eficácia. Isso é fundamental para o Brasil, que tem 8 milhões de quilômetros quadrados e climas, relevos e tantas outras características diversos.

Temos muitos desafios. Coletar dados confiáveis e transformá-los em mapas de colheita de todas as lavouras, por exemplo, é um processo que precisa ser aprimorado, usando ferramentas como a geostatística e desenvolvendo aplicativos para processar os dados e orientar a tomada de decisões. Problemas de conectividade no campo pela limitação da cobertura de telefonia celular e internet são gargalos para o avanço da IoT e, por consequência,

da AP. Há outros problemas como o monitoramento do clima, ainda deficiente no País, com poucos radares e estações meteorológicas.

A AP usa *drones* ou Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) para demarcação de áreas, levantamento do número de plantas, detecção de pragas e focos de incêndio, aplicação de pesticidas, monitoramento da irrigação etc., alimentando os *big data* para a tomada de decisões.

A AP possibilita oportunidades para profissionais e cria desafios para quem quer atuar na área e adquirir conhecimento, pois há carência de recursos humanos. Tive muito orgulho de ser patrono da nona turma de tecnólogos em Mecanização em Agricultura de Precisão da Faculdade de Tecnologia (Fatec) “Shunji Nishimura”, de Pompeia-SP, que, em 2017, implantou o curso de Big Data no Agronegócio, primeiro na América Latina, numa atitude pioneira muito incentivada pelo governador Geraldo Alckmin, um belo exemplo a ser multiplicado.

Há uma nova fronteira agrícola a partir da AP. Agora, é preciso regular a sua utilização, incentivar e democratizar o seu uso, estimular permanentemente a inovação e, assim, confirmar que, no Brasil, se faz a agricultura mais sustentável do Planeta. ■



REFLEXÃO

# VISÃO OU TORCIDA?

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

*A melhor visão é a intuição.*

**Thomas Edison**

**A** OS LEITORES e analistas ou mais antenados às mudanças globais, uma pergunta aparece com frequência nas suas reflexões sobre expectativas: o momento atual é só um desarranjo ou, de fato, são mudanças globais?

Em primeiro lugar, segundo recente análise de Martin Wolf publicada no jornal Financial Times, com base em estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização das Nações Unidas (ONU), a participação do Produto Interno Bruto (PIB) dos países ricos e a dos emergentes mudaram radicalmente. Os ricos detinham 62% do PIB mundial em 1990, passaram a apresentar apenas 39% e, em 2022, devem empatar com os emergentes. Se, por um lado, o peso demográfico tem efeito nisso, o que é lógico; por outro lado, há, como consequência, a preocupação pela desaceleração nas fontes de claro dinamismo em tecnologia e produtividade.

Em segundo lugar, seguindo a lógica da queda secular dos preços das *commodities* (em média, de 15% ao ano), a produtividade global hoje estagnada preocupa muito.

Em terceiro lugar, o forte crescimento do uso de matérias-primas agrícolas para a produção de biocombustíveis acabou criando, com

o petróleo, fortíssima correlação em termos de preços.

Uma outra questão importante a se acrescentar é o recente estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) a respeito das expectativas para os próximos dez anos, segundo o qual haverá uma queda da taxa de crescimento da demanda por alimentos, assim como os preços do petróleo tenderão a ficar ao redor de US\$ 50 por barril.

Esses novos assuntos significam rupturas ou amarrações muito importantes para o agronegócio brasileiro. Com o País mostrando-se à frente dos competidores em termos de ganhos de produtividade, com três safras por ano e produção acontecendo de maneira sustentável, o seu efeito poupa-terra entre 1985 e 2006, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi de 171 milhões de hectares, ou de 29 milhões de hectares na agricultura e 142 milhões de hectares na pecuária.

Ao sabor dos tons ameaçadores das mudanças e das oportunidades que elas oferecem, o setor produtivo do agronegócio é protagonista e tem amplas condições de se expandir muito mais. Para isso, seria fundamental reduzir o custo Brasil e acelerar reformas urgentes que deem suporte à coragem provada do setor privado do agro. Na logística, planos já com papéis amarelados

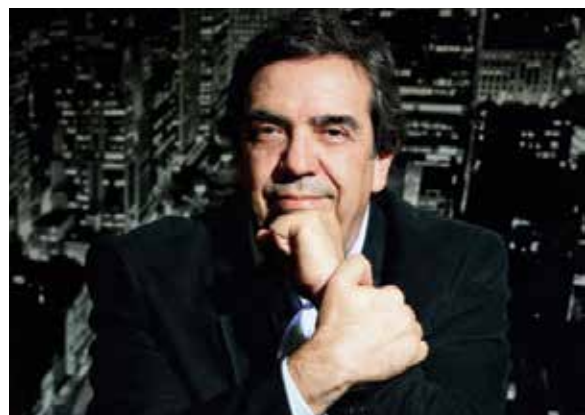
não saem das estantes; o sistema tributário, maluco, estanca o crescimento; e a previdência matará o País se não for corrigida.

O mundo como se vê não ajudará tanto! Os produtos de cana, soja e outros óleos vegetais, assim como o capital externo que quer vir ao Brasil, precisam da valorização das externalidades positivas (benefícios ambientais) que a proposta do RenovaBio oferece a longo prazo.

O agro é a grande perspectiva nacional. Apoiá-lo é estratégico, e não político; suportá-lo é gerar empregos e desenvolvimento irradiado e desconcentrado no País.

Ainda há tempo para o atual governo de transição acordar para o novo mundo! O agro deve ser a plataforma brasileira de exportações, com as suas enormes cadeias produtivas, desde bens de capital, passando por produtos, serviços e veículos, até máquinas e implementos.

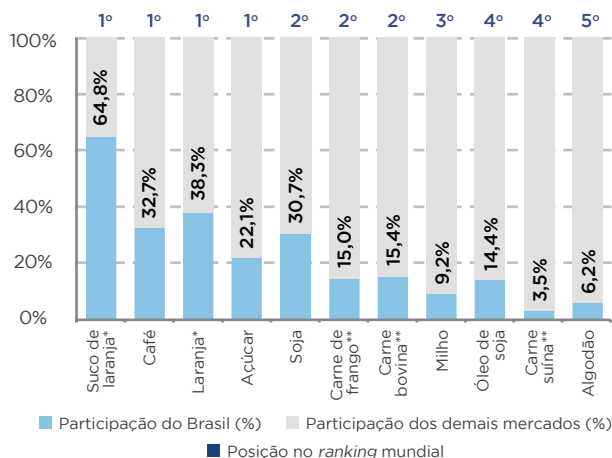
É visão, é torcida! ■





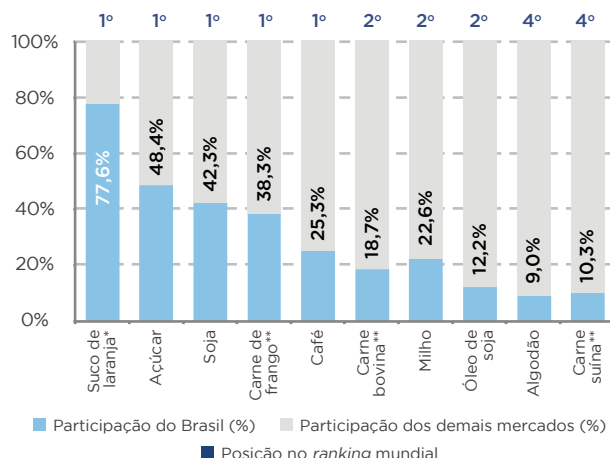
# PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

**POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18**



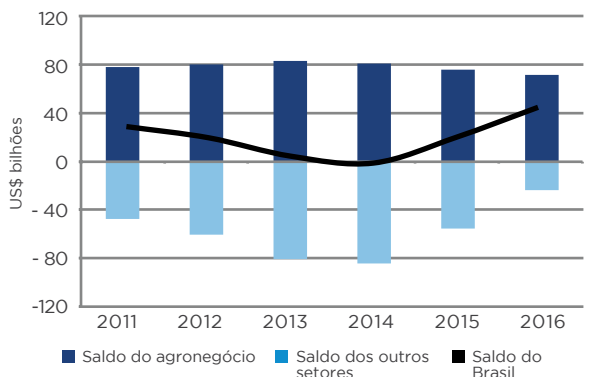
\* 2015/16; \*\* 2017  
Fonte: USDA

**POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18**



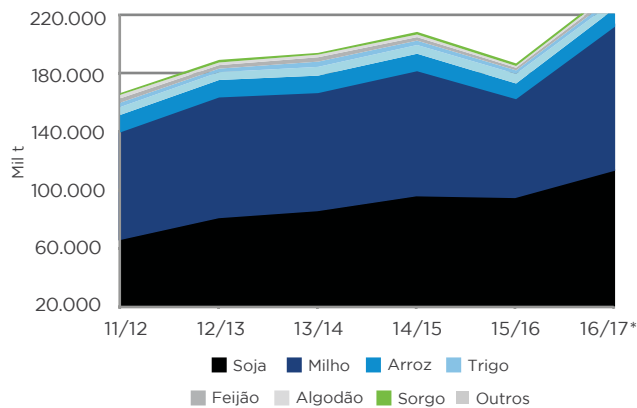
\* 2015/16; \*\* 2017  
Fonte: USDA; CNA

**BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL**



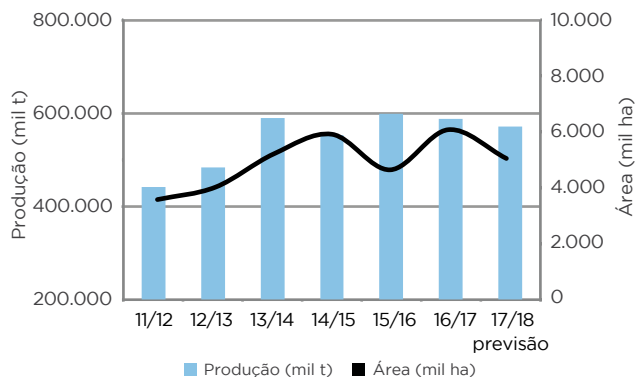
Fonte: SECEX

**BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO**



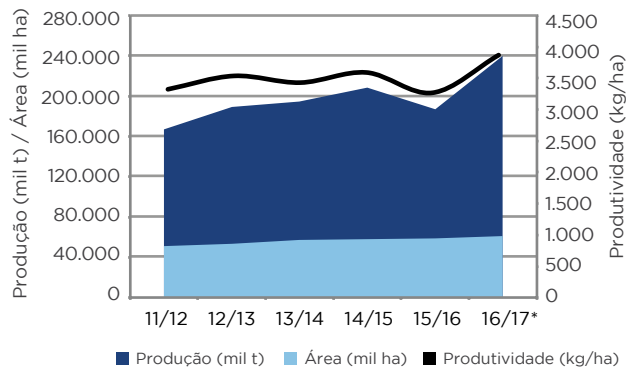
\* Previsão  
Fonte: Conab

**BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR**



Fonte: UNICA; Conab

**BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE**



\* Estimativa em setembro de 2017  
Fonte: Conab